

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****ORDEN DE SERVIÇO Nº 1/2022-PGJ, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022.**

Dispõe sobre o fornecimento de cópias reprográficas e digitais no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o direito ao acesso a informações de interesse particular, coletivo ou geral, ressalvadas as hipóteses de sigilo, conforme o art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e demais normativas pertinentes;

CONSIDERANDO os preceitos da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação);

CONSIDERANDO que o direito à obtenção de certidão de caráter declarativo para defesa de direitos e esclarecimentos de interesse pessoal é assegurado pelas repartições públicas, a requerimento dos interessados, na forma do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o direito das partes e de terceiros interessados de terem vista dos procedimentos e processos administrativos e disciplinares, obterem certidões, cópias reprográficas ou digitalizadas dos dados e documentos que o integram, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo, pelo direito autoral, ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem, conforme o art. 46 da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

CONSIDERANDO que a efetiva entrega de cópias ao público externo (solicitante) envolve serviços e materiais utilizados na reprodução da informação, tais como recursos humanos, uso e manuseio de equipamentos etc.;

CONSIDERANDO a existência do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, FEADMP, criado pela Lei Estadual nº 1.861, de 3 de julho de 1998, e regulamentado pelo Ato nº 689/PGJ, de 14 de agosto de 1998;

CONSIDERANDO que, entre os valores a serem revertidos ao FEADMP, estão aqueles referentes aos valores arrecadados pelo Ministério Público quando do fornecimento de cópias reprográficas e digitais a pedido de outra pessoa física ou jurídica;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização na regulamentação do fornecimento de cópias reprográficas e digitais no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, estabelecida na Ordem de Serviço nº 1/2017-PGJ, de 19 de junho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º O fornecimento de cópias, impressões e mídias de armazenamento e a autenticação de documentos, processos e procedimentos no âmbito do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, MPMS, passam a ser disciplinados por esta Ordem de Serviço.

Art. 2º Para fins desta Ordem de Serviço, considera-se:

I - cópia: reprodução fiel, em papel ou arquivo digital, de página de documento, processo ou procedimento, por meio reprográfico ou por digitalização;

II - cópia reprográfica: reprodução fiel em papel de página de documento, processo ou procedimento existente em meio físico;

III - cópia digital: reprodução fiel em arquivo digital de uma página de documento, processo ou procedimento;

IV - impressão: reprodução fiel em papel de uma página de documento, processo ou procedimento existente em meio digital;



V - mídia de armazenamento: dispositivo que guarda informações, com capacidade de gravar dados em formato digital, podendo ser por meios magnéticos (exemplo: disco rígido), por meios ópticos (exemplos: CD, DVD) ou por meios eletrônicos (exemplos: cartão de memória, *pen-drive*);

VI - autenticação: registro gráfico realizado em cópia reprográfica ou em impressão de um documento que confirma a autenticidade da reprodução.

Art. 3º As solicitações de cópias, reprográficas ou digitais, e impressões de documentos, processos e procedimentos deverão ser apresentadas por escrito e conter as seguintes informações:

I - nome completo, CPF e número do documento de identidade do solicitante;

II - cópia do documento de identidade do solicitante ou, se advogado, cópia da carteira da OAB;

III - identificação do documento, do número do processo ou do procedimento a que se refere o pedido, contendo a indicação das folhas a serem copiadas ou impressas;

IV - indicação da forma de entrega do material solicitado, se pessoalmente ou por correio eletrônico;

V - na hipótese de cópias reprográficas e de impressões, manifestação de eventual interesse na autenticação de peças, indicando-as;

VI - na hipótese de cópias digitalizadas, indicação da necessidade de fornecimento de mídia de armazenamento;

VII - comprovante de pagamento do preço pelos serviços solicitados.

§ 1º Serão admitidas solicitações de cópias e impressões formuladas por correio eletrônico (*e-mail*), desde que contenham todas as informações elencadas nos incisos deste artigo.

§ 2º O solicitante deverá fornecer a mídia ou outro dispositivo de armazenamento para a hipótese de fornecimento de cópias digitais.

§ 3º O pagamento das importâncias devidas pelos serviços prestados será efetuado antecipadamente pelo solicitante, mediante depósito do valor correspondente em favor do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, CNPJ nº 03.464.870/0001-00, na conta-corrente nº 50.120-4, mantida na Agência 2576-3 do Banco do Brasil S/A.

§ 4º Comprovado o pagamento nos termos estabelecidos no § 3º deste artigo, as cópias serão entregues ao interessado.

Art. 4º É vedado o fornecimento de cópias (físicas e/ou digitais) ou impressões de documentos:

I - sigilosos, ressalvada a hipótese prevista no parágrafo único;

II - protegidos por direito autoral.

Parágrafo único. As cópias (físicas ou digitais) e as impressões de documentos sigilosos somente serão entregues ao interessado ou a advogado regularmente constituído nos autos.

Art. 5º Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original.

Parágrafo único. Na impossibilidade de obtenção de cópias, o interessado poderá solicitar que, a suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a conservação do documento original.

Art. 6º Os preços dos serviços de que trata esta Ordem de Serviço ficam estabelecidos em:

I - R\$ 0,40 (quarenta centavos) por cópia reprográfica e/ou impressão monocromática;

II - R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) por cópia ou impressão colorida;

III - R\$ 0,25 (vinte e cinco centavos) por cópia digitalizada.

§ 1º Os valores previstos nos incisos deste artigo serão anualmente reajustados, de acordo com a variação da inflação, calculada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, IPCA/IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo, e publicados por portaria editada pela Secretaria-Geral, sempre no mês de dezembro, com eficácia para o ano seguinte.

§ 2º As cópias digitais não serão cobradas quando realizadas pelo próprio servidor do Ministério Público, ora interessado.

Art. 7º São isentos de pagamento quando:

I - a solicitação for de interesse institucional dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, bem como suas autarquias;

II - o solicitante for pessoa hipossuficiente, nos termos da legislação em vigor;



III - a solicitação de cópia digital envolver documentos disponíveis em formato digital, desde que a mídia de gravação seja fornecida pelo interessado.

Art. 8º A cópia digitalizada será realizada após a comprovação do recolhimento referido no inciso III do art. 6º desta Ordem de Serviço e mediante o fornecimento, pelo interessado, de mídia digital (*pen-drive*, disco rígido, CD ou DVD graváveis) para gravação, hipótese em que o conteúdo dos autos será inserido na mídia fornecida no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do protocolo do pedido.

Parágrafo único. Caso não seja possível o fornecimento de cópia no prazo previsto no *caput*, o servidor do MPMS com atribuições para tanto emitirá certidão declinando as razões circunstanciais que obstam a extração de cópias e indicará a data mais próxima na qual estas estarão disponíveis.

Art. 9º Fica revogada a Ordem de Serviço nº 1/2017-PGJ, de 19 de junho de 2017.

Art. 10 Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 21 de fevereiro de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 822/2022-PGJ, DE 21.2.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, considerando a Portaria nº 5.194, de 17.2.2022, do Presidente da Câmara Municipal de Campo Grande, publicada no Diário do Legislativo nº 1.130, de 21.2.2022,

R E S O L V E :

Nomear Shirley Cristina da Silva Campos para exercer o cargo em comissão de Assessora de Procurador, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, na 3ª Procuradoria de Justiça Criminal, decorrente da exoneração de Juliana Teixeira dos Santos.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 779/2022-PGJ, DE 18.2.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Hermes Alencar de Lima, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença-paternidade, em razão do nascimento de seu filho, a partir de 12.2.2022, nos termos dos artigos 130, inciso IV, e 148 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 5.526, de 8 de junho de 2020; e 15 (quinze) dias, em prorrogação, nos termos da Resolução nº 21/2017-PGJ, de 28.8.2017.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-162/2022/PGJ, DE 17.2.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Fernanda Carneiro de Jesus, ocupante do cargo de Assessor de Procurador-Geral, símbolo MPAS-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 120 (cento e vinte) dias de licença maternidade, no período de 14.1 a 13.5.2022, nos termos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.599, de 26 de dezembro de 2002, do artigo 37, § 2º, do Decreto Estadual nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e dos artigos 11, inciso I, alínea “g”, 71 e 72, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei Federal nº 8.647, de 13 de abril de 1993, e, ainda, dos artigos 93, 94, §§ 3º e 4º, 95 e 96 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto Federal nº 3.048, de 6 de maio de 1999, com a redação dada pelos Decretos Federais nº 3.668, de 22 de novembro de 2000, e nº 4.682, de 21 de outubro de 2003; e 60 (sessenta) dias, em prorrogação, no período de 14.5 a 12.7.2022 nos termos dos artigos 1º, 2º, 4º, 6º e 7º da Resolução nº 1/2009-PGJ, de 14 de janeiro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-163/2022/PGJ, DE 17.2.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Fernanda Carneiro de Jesus, por meio das Portarias nº e1011/2021/PGJ, de 9.9.2021, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, que seriam usufruídas no período de 10 a 13.1.2022, a serem usufruídas no período de 13 a 18.7.2022, em razão de licença maternidade, nos termos do artigo 10, inciso I, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-164/2022/PGJ, DE 18.2.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Márcia Corrêa Duarte Hoffmeister, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 11 a 20.7.2022 e de 13 a 22.10.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 6 a 15.6.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° e-165/2022/PGJ, DE 18.2.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Vanessa Yasmin Taira Agnelli, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, símbolo MPAS206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 8 a 17.2.2022, inicial, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c o artigo 54, inciso II, do Decreto nº 12.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° e-166/2022/PGJ, DE 18.2.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Vanessa Yasmin Taira Agnelli, por meio das Portarias nº 3502/2021-PGJ, de 14.9.2021, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, que seriam usufruídas no período de 16 a 25.2.2022, a serem usufruídas no período de 18 a 27.2.2022, em razão de licença para tratamento de saúde.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° e-167/2022/PGJ, DE 18.2.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Renata Valéria Brito Espíndola, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 8 (oito) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 4 a 11.2.2022, inicial, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c artigo 54, inciso II, do Decreto nº 12.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° e-168/2022/PGJ, DE 18.2.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Caio Ferreira Campos, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Núcleo, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 11 (onze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 18 a 28.1.2022, inicial, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c o artigo 54, inciso II, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-169/2022/PGJ, DE 18.2.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Lúcia Stein Basso, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 13 (treze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 12 a 24.1.2022, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c artigo 54, inciso II, do Decreto nº 12.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-170/2022/PGJ, DE 18.2.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Marcelino José Siebert, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 7 (sete) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 24 a 30.1.2022, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c artigos 19, inciso II, alínea “c”, e 54, inciso II, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-171/2022/PGJ, DE 18.2.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Louise Isabelita Lima de Brites Padovan, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 7 (sete) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 20 a 26.1.2022, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c artigos 19, inciso II, alínea “c”, e 54, inciso II do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-172/2022/PGJ, DE 18.2.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1040/2021-PGJ, de 14.9.2021, que concedeu férias à servidora Beatriz Andrade de Azevedo Bachim, de forma que, onde consta: "período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 16 a 25.2.2022", passe a constar: "período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 11 a 20.7.2022", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-173/2022/PGJ, DE 18.2.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Roger Medeiros Batista, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 18 a 27.1.2022, inicial, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c o artigo 54, inciso II, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-174/2022/PGJ, DE 18.2.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Roger Medeiros Batista, por meio da Portaria nº e-914/2021-PGJ, de 13.8.2021, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, que seriam usufruídas no período de 10 a 17.1.2022, a serem usufruídas no período de 28 a 29.1.2022, em razão de licença para tratamento de saúde.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-175/2022/PGJ, DE 18.2.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Ariele Aurora Almeida Moreira da Rosa, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 4 (quatro) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 25 a 28.1.2022, inicial, nos termos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o artigo 54, inciso I, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-176/2022/PGJ, DE 18.2.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Edna de Barros Manzoni, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 8 (oito) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 23 a 30.1.2022, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c artigo 54, inciso II, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-177/2022/PGJ, DE 18.2.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Glauce Rocha de Sousa Gomes, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, inicial, no período de 25.1 a 8.2.2022, nos termos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c artigo 54, inciso II, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-178/2022/PGJ, DE 18.2.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Anelita Aparecida de Figueiredo, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 8 (oito) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 22 a 29.1.2022, inicial, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c artigo 54, inciso II, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

CONSELHO SUPERIOR**DELIBERAÇÕES PROFERIDAS NA 2ª SESSÃO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL INICIADA EM 31 DE JANEIRO DE 2022.****2. Ordem do dia:****2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****2.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:****1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001614-7**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apuração acerca da notícia de atos de improbidade administrativa decorrentes de contratação irregular da empresária individual Neide Terezinha de Oliveira pelo Município de Ribas do Rio Pardo, bem como eventual descumprimento de carga horária exercida pelo servidor público municipal B. S. N.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ÁGUA CLARA/MS - APURAÇÃO DA NOTÍCIA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DECORRENTES DE CONTRATAÇÃO IRREGULAR DE EMPRESA INDIVIDUAL PELO MUNICÍPIO DE RIBAS DO RIO PARDO, BEM COMO EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DE CARGA HORÁRIA PELO SERVIDOR PÚBLICO B.S.N. - DILIGÊNCIAS PROMOVIDAS - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Compulsando-se os autos, denota-se que os pagamentos pelos serviços prestados pela empresa investigada ao Município de Ribas do Rio Pardo somaram a quantia de R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais), não ultrapassando o limite previsto no art. 24, inciso II,



da Lei nº 8.666/93, para contratação de serviços mediante dispensa de licitação. Impende pontuar que a empresa "Bruno's Jardinagem" pertencia, de fato à genitora de B. S. N., Sra. Neide Terezinha de Oliveira. Não há nos autos, no entanto, indícios de cumprimento irregular da jornada de trabalho de Bruno, tampouco de obtenção de vantagem em razão de seu cargo, no intuito de direcionar a contratação da empresa "Bruno's Paisagismo". Por fim, não restando configurado dolo específico nos atos aqui investigados, o arquivamento é medida de rigor que se faz aplicável. Promoção de arquivamento - homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000866-2

2ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apuração se os prédios das Escolas Estaduais "Manoel da Costa Lima, Peri Martins, Ladislau Deak Filho, Professor Braz Sinigaglia e Professor Luiz Alberto Abrahan", bem como dos órgãos públicos IAGRO, AGRAER, AGENFA, DETRAN, Delegacia de Polícia Civil, Pelotão da Polícia Militar, e Corpo de Bombeiros, sediados neste município, estão em conformidade com as normas gerais e aos critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida (Lei 10.098/2000).

EMENTA: INQUERITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BATAGUASSU/MS - APURAÇÃO SE OS PRÉDIOS DAS ESCOLAS ESTADUAIS "MANOEL DA COSTA LIMA", "PERI MARTINS", "LADISLAU DEAK FILHO", "PROFESSOR BRAZ SINIGÁLIA", "PROFESSOR LUIZ ALBERTO ABRAHAN", BEM COMO OS ÓRGÃOS PÚBLICOS IAGRO, AGRAER, AGENFA, DETRAN, DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL, PELOTÃO DA POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS ESTARIAM EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 10.098/2000 - PROVIDÊNCIAS DEVIDAMENTE TOMADAS – REGULARIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Compulsando-se os autos, denota-se que, após as reformas e intervenções necessárias, os prédios das Escolas Estaduais "Manoel da Costa Lima", "Peri Martins", "Ladislau Deak Filho", "Professor Braz Sinigaglia" e "Professor Luiz Alberto Abrahan", bem como os órgãos públicos IAGRO, AGRAER, AGENFA, DETRAN, Delegacia de Polícia Civil, Pelotão da Polícia Militar, e o Corpo de Bombeiros estão em conformidade com as normas gerais e os critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida (Lei 10.098/2000). Desta feita, conclui-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002917-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apuração de eventuais irregularidades decorrentes da contratação de serviços de locação de software de contabilidade, recursos humanos, patrimônio (IC nº 12/2015, migrado para o SAJMP).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ÁGUA CLARA/MS - APURAÇÃO DE EVENTUAIS IRREGULARIDADES DECORRENTES DA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE "SOFTWARE" DE CONTABILIDADE, RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO - DILIGÊNCIAS PROMOVIDAS - AUSÊNCIA DE ELEMENTOS COMPROBATÓRIOS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Compulsando-se os autos, denota-se que não foi possível se obter elementos probatórios mínimos de fraude ou outro ato ímprobo pela administração pública que pudessem auxiliar nas investigações, mesmo tendo sido promovidas diversas diligências, não foi possível se comprovar possível fraude à licitação (Carta Convite nº 0005/2013 - Processo Administrativo nº 005/2013). Desta feita, conclui-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000899-9

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Viação Motta Ltda.

Assunto: Apuração de eventual inobservância por parte da "Viação Motta" ao direito de passagens gratuitas, e com descontos, oferecido a idosos.

EMENTA: INQUERITO CIVIL - 25ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DA EVENTUAL INOBSERVÂNCIA POR PARTE DA "VIAÇÃO MOTTA" AO DIREITO DE PASSAGENS GRATUITAS, E COM DESCONTOS, OFERECIDAS A IDOSOS RELATÓRIO DE "VISTORIA" E



CONSTATAÇÃO - EMPRESA COMPROVOU O CUMPRIMENTO DA NORMA - CUMPRIMENTO DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Compulsando-se os autos, denota-se que através do Relatório de "Vistoria e Constatação", elaborado no dia 10 de setembro de 2021, constatou-se que a "Viação Motta Ltda." vem cumprindo o disposto na Lei nº 10.741/2003, regulamentada pelo Decreto Federal nº 9.921/2019, notadamente no que tange à gratuidade das passagens gratuitas reservadas a idosos, bem como com o desconto de 50% (cinquenta por cento), no preço da passagem para os idosos que excederem às vagas gratuitas. Desta feita, conclui-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2020.00001131-6

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais ilegalidades no Loteamento da quadra 45 da PCC I (Travessa Ragalzi) localizado em Anastácio/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ANASTÁCIO/MS - APURAÇÃO DE EVENTUAIS ILEGALIDADES NO LOTEAMENTO DA QUADRA 45 DA PCCI - DILIGÊNCIAS PROMOVIDAS - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE - SERVIDÃO PÚBLICA DE PASSAGEM - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Compulsando-se os autos, observa-se que o presente caso se trata de uma servidão pública de passagem, exclusivamente, para acesso dos moradores aos seus lotes, não havendo que se falar em necessidade de procedimento de loteamento, notadamente, por não haver hipótese de abertura de via pública. Conforme explanado, o proprietário Luiz Batista Sguissardi da Rosa, adquiriu os lotes da quadra 45-PCC, com suas matrículas individualizadas e medições definidas, mas com a obstrução da rua Coronel Ponce, o que tornava cerca de 09 (nove) lotes inacessíveis, ocasião em que cedeu parte de sua propriedade para a instituição de uma servidão administrativa, motivo pelo qual foi necessária a redistribuição da área de seus lotes, viabilizada por meio do procedimento de desmembramento e remembramento dos lotes. Desta feita, conclui-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2021.00001300-7

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Gehlen & Cia Ltda. (Kiwi Tropical)

Assunto: Apurar possível lesão a direitos coletivos dos consumidores, por parte da "Gehlen & Cia Ltda." (Kiwi Tropical), em razão de deixar de conferir, nas dependências de seu estabelecimento, medidas de proteção e resguardo à saúde e segurança dos consumidores no que diz com a doença Covid-19.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 43ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DE POSSÍVEL LESÃO A DIREITOS COLETIVOS DOS CONSUMIDORES POR PARTE DO ESTEBELECIMENTO DENOMINADO "KIWI TROPICAL", EM RAZÃO DE DEIXAR DE CONFERIR MEDIDAS DE PROTEÇÃO E RESGUARDO À SAÚDE E SEGURANÇA DOS CONSUMIDORES NO QUE DIZ COM A DOENÇA COVID-19 - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2021.00006201-0 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta" celebrado às fls. 225/230, está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2021.00006201-0 (fl. 235) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9, do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7. Inquérito Civil nº 06.2021.00001278-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar



Assunto: Apuração de eventual desmatamento ilegal de 5.168m² em Área Remanescente de Vegetação Nativa, na Fazenda Jatobá, de acordo com o Laudo Técnico nº 80/2021/Nugeo.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIDROLÂNDIA/MS - APURAÇÃO DE EVENTUAL DESMATAMENTO ILEGAL DE 5.168M² EM ÁREA REMANESCENTE DE VEGETAÇÃO NATIVA NA "FAZENDA JATOBÁ" - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2021.00006239-7 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta" celebrado às fls. 89/93, está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2021.00006239-7 (fls. 99/100), para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9, do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos. Promoção de arquivamento - homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

8. Inquérito Civil nº 06.2021.00000451-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Luis Augusto do Prado Pereira e Sidnei Ribeiro da Silva.

Assunto: Apuração de eventual dano ambiental decorrente da atividade irregular de reciclagem, localizada na Rua José Ferreira França, Lote n.º 03, Bairro Campina Ipacaray, em Sidrolândia/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SIDROLÂNDIA/MS - APURAÇÃO DE EVENTUAL DANO AMBIENTAL DECORRENTE DA ATIVIDADE IRREGULAR DE RECICLAGEM - IRREGULARIDADE DEVIDAMENTE SANADA - AUSÊNCIA DE DANO AMBIENTAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Compulsando-se os autos, denota-se que houve a cientificação dos requeridos acerca da necessidade de regularização do empreendimento de reciclagem junto ao Poder Executivo Municipal, no entanto, constatou-se o abandono do local por parte destes (Relatório de Constatação de fls. 109/110 e Ofício Meio Ambiente n.º 100/2021 de fls. 115/117). De tal modo, foi realizado o atendimento e análise da Bióloga Municipal, Leiva Aparecida da Silva Além, ocasião em que se pontuou e apurou que a Secretaria de Meio Ambiente não verificou dano ambiental decorrente das atividades de reciclagem desempenhadas, bem como certo que o Município iria promover a retirada dos materiais recicláveis remanescentes. Em seguida, obteve-se a comprovação de tal retirada das atividades do local e informação de encaminhamento ao Galpão de Reciclagem Municipal para separação do material reciclável e sua destinação ambiental adequada. Por fim, em novo Relatório de Constatação efetuado pelo Técnico II da Promotoria de Justiça de origem, restou consignado que no local inexistia qualquer atividade sendo desenvolvida com resíduos sólidos remanescentes. Promoção de Arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

9. Inquérito Civil nº 06.2019.00001507-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Élcio de Barros Galicia

Assunto: Apuração do desmatamento de 8,45 hectares de vegetação nativa, sem autorização ambiental, na propriedade rural "Fazenda Louro", de propriedade de Élcio Barros Galicia.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NIOAQUE/MS - APURAÇÃO DE DESMATAMENTO DE 8,45 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA, SEM AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, NA PROPRIEDADE RURAL "FAZENDA LOURO" - "TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA" FIRMADO - CUMPRIMENTO INTEGRAL - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A MANUTENÇÃO DO FEITO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Tem-se, assim, que as irregularidades que deram azo à instauração do presente procedimento, foram devidamente investigadas, e, posteriormente, restou demonstrado que o mesmo atingiu seu objetivo, ante o cumprimento integral do "Termo de Ajustamento de Conduta" firmado. Portanto, no decorrer do procedimento, foi firmado o "Termo de Ajustamento de Conduta" juntado às fls. 91/97, contendo a obrigação de indenizar e compensar o Meio Ambiente, mediante a destinação da importância de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), dividida em 05 (cinco) parcelas de R\$500,00 (quinhentos reais). Além disso, o Requerido se obrigou a compensar o Meio Ambiente, mediante o incremento de mais 05 (cinco) hectares de área de Reserva Legal, na propriedade rural



“Fazenda Louro”. Em tempo ainda, o Requerido apresentou aos autos os comprovantes de pagamento referentes à prestação pecuniária, tendo ocorrido o pagamento integral (fls. 101/114), bem como foi juntada a comprovação de retificação do CAR efetivada pelo IMASUL, que confirma o incremento de mais 5 (cinco) hectares da área de Reserva Legal na propriedade rural “Fazenda Louro”. Promoção de arquivamento - homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

10. Inquérito Civil nº 06.2018.00000469-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Saner Paulo de Oliveira Farias

Assunto: Apuração de denúncias sobre o uso indevido de aparelhos celulares fornecidos pela Câmara Municipal de Pedro Gomes aos respectivos vereadores e demais servidores do município (IC n. 006/2011, migrado para o SAJMP).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PEDRO GOMES/MS - APURAÇÃO DE "DENÚNCIA" SOBRE USO INDEVIDO DE APARELHOS CELULARES FORNECIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO GOMES AOS RESPECTIVOS VEREADORES E DEMAIS SERVIDORES DO MUNICÍPIO - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADO - AUSÊNCIA DE DOLO - PRESCRIÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Denota-se que, inobstante o fato de os telefones terem sido usados em serviço, isto não autorizava o gasto acima do previsto na Resolução nº 002/2008, a qual regulamentava, à época, o uso de telefones celulares disponibilizados pela Câmara Municipal aos seus agentes, de modo que, quando se excedia o previsto, a Câmara Municipal, acabava por custear também o excedente. Ocorre que, no caso dos autos, não foi possível constatar elementos caracterizadores de improbidade administrativa, sendo certo que eventual irregularidade, de per si, não caracteriza a prática de ato ímprobo, fazendo-se necessário comprovar-se a intenção dolosa do investigado, bem como o dano/prejuízo financeiro causado, o que não ocorreu no presente caso. Impende salientar que o referido contrato firmado com a operadora de telefonia de celular "Vivo S/A", foi encerrado no início do ano de 2011. Consoante bem observado pela Presidência do feito: “Demais disso, interessante notar o fator temporal, vez que, como já explicitado, os fatos se deram há mais de 10 (dez) anos, de molde que estariam acobertados pelo instituto da prescrição, fosse esse o caso, tanto com base no critério temporal anterior de cinco anos após o término do mandato, marco que ocorreu em 2012, quanto no critério atual decorrente da alteração legislativa que fixou prazo geral em 8 (oito) anos da data do fato ou da cessação da permanência, o que ocorreu em janeiro de 2011 (art. 23 da LIA).” (fl. 1.814). Promoção de Arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

11. Inquérito Civil nº 06.2017.00001588-1

Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial - GACEP

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Governo do Estado de Mato Grosso do sul e Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública SEJUSP

Assunto: Apuração sobre a regularidade e suficiência do efetivo da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de colher informações, depoimentos, certidões e outras diligências para eventual posterior tomada de compromisso de ajustamento de conduta, ajuizamento de ação civil pública ou arquivamento do procedimento.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL - APURAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA E BAIXO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - COMPROVAÇÃO DE SUFICIÊNCIA DO EFETIVO MEDIANTE CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA SUPRIR A DEMANDA DE CADA UNIDADE DA PMMS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. As informações prestadas no feito demonstram que, com os Concursos Públicos de Oficiais e Soldados da Polícia Militar, o Estado promoveu o ingresso de 450 (quatrocentos e cinquenta) novos integrantes na Polícia Militar, sendo 50 (cinquenta) Oficiais, 388 (trezentos e oitenta e oito) Soldados e 12 (doze) Oficiais do Quadro de Saúde. Com a ampliação do quantitativo de vagas dos Concursos, foram convocados mais 58 (cinquenta e oito) candidatos para o Curso de Formação de Oficiais e 207 (duzentos e sete) candidatos para o Curso de Formação de Soldados. Como bem salientado pelo Parquet: “Por certo que o déficit existente nos quadros de pessoal da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul traz sérios prejuízos ao adequado exercício da atividade-fim, porém, com os concursos realizados, essa defasagem foi amenizada, sendo que o Comando-Geral da Polícia Militar, atua de maneira a atender a necessidade de cada Unidade, e mantém constante gestão junto ao Poder Executivo para fins de amenizar tal deficiência.” Promoção de Arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

**12. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2021.00008911-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Verificação da abrangência da rede de coleta de esgoto do município de Dois Irmãos do Buriti.

EMENTA: RECURSO EM NOTÍCIA DE FATO - COMARCA DE DOIS IRMÃOS DO BURITI/MS - RECLAMAÇÃO QUANTO AO CRONOGRAMA DE UNIVERSALIZAÇÃO DA REDE DE COLETA DE ESGOTO - OUTRO PROCEDIMENTO JÁ EM TRÂMITE NA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ORIGEM - RECURSO DESPROVIDO - MANUTENÇÃO DO ARQUIVAMENTO DA "NOTÍCIA DE FATO". Apurou-se que existe o Procedimento Administrativo n. 09.2018.00003318-3 em trâmite, autuado na Promotoria de Justiça de origem, no qual já se tem como objeto "acompanhar e fiscalizar a implementação do sistema de esgotamento sanitário no Município de Dois Irmãos do Buriti". Verifica-se que todos os pontos levantados já estão sendo analisados no bojo de outro procedimento já em trâmite na Promotoria de Justiça de origem, mostrando-se correto o arquivamento do presente procedimento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo desprovidimento do recurso interposto e pela manutenção da homologação do arquivamento da Notícia de Fato, nos termos do voto do Relator.

13. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00000252-1

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Costa Rica

Requerente: Centro de Atenção Psicossocial do Município de Costa Rica-MS

Requerida: D. B. de M.

Assunto: Coleta de elementos para verificar as condições de propositura de ação com pedido de internação compulsória em face da requerida, haja vista ser ela dependente química, o que acaba por acarretar transtornos a ela própria, seus familiares, bem como à sociedade de um modo geral.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE COSTA RICA/MS - APURAÇÃO DAS POSSÍVEIS CONDIÇÕES DE PROPOSITURA DE AÇÃO COM PEDIDO DE INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA EM FACE DA REQUERIDA D.B.M. - PARTE NÃO LOCALIZADA - AUSÊNCIA DE INTERESSE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Compulsando-se os autos, constata-se que não há qualquer informação no sentido de que A. B. de M., tenha demonstrado interesse em dar continuidade ao feito, no intuito de se providenciar a internação compulsória de sua filha, D. B. de M., usuária de entorpecentes, a qual sequer foi localizada. Desta feita, ante a ausência de qualquer informação que comprove interesse familiar das partes em dar continuidade ao feito, conclui-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

14. Inquérito Civil nº 06.2021.00000445-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Reginaldo Antonio Poiatti

Assunto: Apuração da valoração de dano ambiental e eventual obrigação de não fazer pelo descumprimento da legislação de agrotóxicos em razão da aplicação de produto domissanitário para utilização em lavoura de agricultura, consoante o Auto de Infração e Multa nº 121.760 (fls. 01/02), Série B, Tipo Manual.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIDROLÂNDIA/MS - APURAÇÃO DA VALORAÇÃO DE DANO AMBIENTAL E EVENTUAL OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER PELO DESCUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO DE AGROTÓXICOS, EM RAZÃO DA APLICAÇÃO DE PRODUTO DOMISSANITÁRIO PARA UTILIZAÇÃO EM LAVOURA DE AGRICULTURA - FORMALIZAÇÃO DE TAC E "ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL" - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2021.00003878-6 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - ATUAÇÃO MINISTERIAL SATISFATIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando-se os autos, denota-se que a conduta praticada constitui infração ambiental e se amolda ao tipo penal previsto no art. 15, da Lei Federal nº 7.802/1989, certo que, no dia 23 de setembro de 2021, formalizou-se "Acordo de Não Persecução Penal" com Requerido Reginaldo Antonio Poiatti (fls. 259/262), o qual foi submetido à homologação judicial sob o nº 0900073-64.2021.8.12.0045, providências que foram adotadas e apontadas em razões de arquivamento, em cumprimento ao artigo 55, da Resolução 15/2007-PGJ (fls. 267/269). Na mesma oportunidade, também foi firmado "Termo de Ajustamento de Conduta", em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, contendo obrigações destinadas à indenização ambiental, bem como obrigação negativa de não mais utilizar o produto domissanitário no local (fls. 249/258). Com a formalização do acordo, instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003878-6 (fls. 271/272), para fiscalização das cláusulas obrigacionais, em cumprimento ao disposto no art. 39, da Resolução nº 015/2007-PGJ e ao Enunciado nº 09, do Conselho Superior do



Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

15. Inquérito Civil nº 06.2017.00001367-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: José Carlos Izidoro de Souza e outro

Assunto: Apuração de dano ambiental decorrente de supressão de vegetação nativa sem a licença ambiental do órgão competente, ocorrido na Fazenda Pé de Serra.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CASSILÂNDIA/MS - APURAÇÃO DE DANO AMBIENTAL DECORRENTE DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA SEM A LICENÇA AMBIENTAL DO ÓRGÃO COMPETENTE OCORRIDO NA "FAZENDA PÉ DE SERRA" - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2021.00003950-8 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC – ATUAÇÃO MINISTERIAL SATISFATIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. No curso do procedimento, verifica-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta celebrado" às fls. 243/251, está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003950-8 (fl. 260) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

16. Inquérito Civil nº 06.2020.00000975-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Juvenal de Assunção Neto e Cedeir Gorostides Assunção

Assunto: Apuração de indícios de enriquecimento ilícito por parte dos investigados, em razão de eventual malversação de recursos públicos praticados pelo Requerido Juvenal, durante o período que atuou como Prefeito Municipal de Nova Alvorada do Sul.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NOVA ALVORADA DO SUL/MS - APURAÇÃO DOS INDÍCIOS DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO POR PARTE DOS INVESTIGADOS, EM RAZÃO DE EVENTUAL MALVERSAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS - "DENÚNCIA ANÔNIMA" - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADO - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No caso presente, as informações e documentos coletados aos autos, demonstram a licitude da origem do patrimônio de Juvenal Assunção Neto, e de seu genitor Cedeir Gorostides Assunção, de modo que não há indícios de eventual enriquecimento ilícito em detrimento dos cofres públicos, em razão do exercício do cargo de Prefeito Municipal por parte de Juvenal. Desse modo, concluiu-se que o patrimônio angariado pelo Senhor Cedeir Gorostides Assunção, decorreu do exercício de atividade lícita da pecuária, não se configurando, portanto, qualquer ato de improbidade administrativa prevista no art. 9º, inciso VII, da Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021 (Lei de Improbidade Administrativa). Promoção de Arquivamento - homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

17. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00001039-8

7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Eunice Giron de Carvalho

Requerida: Silvana da Silva Silvestre Cabral

Assunto: Apuração de eventual ilegalidade cometida pela servidora pública municipal S. da S. S. C., odontóloga do Município de Três Lagoas-MS, que, no ano de 2016, em suposta incompatibilidade de horários, exerceu a função de Conselheira do Conselho Regional de Odontologia - CRO.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - 7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE TRÊS LAGOAS/MS - APURAÇÃO DE EVENTUAL ILEGALIDADE COMETIDA PELA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL S.S.S.C., EM SUPOSTA INCOMPATIBILIDADE DE HONORÁRIOS - IRREGULARIDADE NÃO COMPROVADA - AUSÊNCIA DE EXERCÍCIO ILEGAL DE OUTRA ATIVIDADE REMUNERADA PELA



SERVIDORA - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Compulsando-se os autos, denota-se que a servidora em questão era Conselheira Suplente, como membro do Quadro de Conselheiros do Conselho Regional de Odontologia - CRÓ, no período do biênio de 2015-2017, bem como membro da Comissão de Ética do mesmo e que exercia os atos normais e legais pertinentes a essas atribuições, inclusive, atos fiscalizatórios, cargos estes meramente honoríficos, sem qualquer remuneração, conforme previsto na Lei nº 4.324/64, regulamentada pelo Decreto nº 68.704/71. Sendo assim, observou-se que todas as diligências foram realizadas conforme a disponibilidade da mesma, estando devidamente declaradas e justificadas as atividades exercidas, sendo que a participação da Drª S. da S. S. C. se restringiu ao acompanhamento e participação de reuniões, não tendo sido desempenhado e/ou realizado qualquer atividade e ou trabalho de atendimento odontológico a pacientes. Impende salientar que os atos que importam em improbidade administrativa são os previstos na Lei nº 14.230/21, e caracterizam-se pela presença de dano ao erário público, violação dos princípios administrativos e enriquecimento ilícito, o que não foi visto no presente caso. Promoção de arquivamento - homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2.2.2. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00001424-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: IMASUL e Proprietário da Fazenda Querência

Assunto: Coletar informações, subsídios e elementos de convicção acerca da possível emissão indevida de autorização ambiental para supressão vegetal e corte isolado de árvores, bem como a possível supressão vegetal de 3.873,18 hectares na Fazenda Querência, neste Município, sem identificação da respectiva autorização ambiental, no período compreendido entre 11/09/2007 e 17/07/2016.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE AQUIDAUANA -COLETAR INFORMAÇÕES, SUBSÍDIOS E ELEMENTOS DE CONVICÇÃO ACERCA DA POSSÍVEL EMISSÃO INDEVIDA DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL PARA SUPRESSÃO VEGETAL, BEM COMO A POSSÍVEL SUPRESSÃO VEGETAL DE 3.873,18 HECTARES NA FAZENDA QUERÊNCIA - IMÓVEL INSCRITO NO CAR/MS - AUSÊNCIA DE DANOS AMBIENTAIS - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Supressão vegetal sem autorização ambiental. Emissão de Autorização Ambiental em área já desmatada. Desmatamento fora de APP ou Reserva Legal. Área remanescente de vegetação nativa passível de antropização. Atuação resolutiva. Aplicação de Multa. Termo de Compromisso de Conversão de Multa Ambiental. Aumento da área de Reserva Legal. Imóvel devidamente inscrito no CAR/MS, já aprovado e regular. Inexistência de outras diligências a serem adotadas. Promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001384-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Prefeitura Municipal de Angélica e Associação Beneficente de Angélica

Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa em face do possível acúmulo de cargos pelo requerido Maurício Fornasier, bem como perscrutar eventual irregularidade na fiscalização das prestações de contas do Hospital Beneficente de Angélica, que aufera subvenções sociais.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE ANGÉLICA - APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM FACE DO POSSÍVEL ACÚMULO DE CARGOS, BEM COMO PERSCRUTAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NA FISCALIZAÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DO HOSPITAL BENEFICENTE DE ANGÉLICA, QUE AUFERE SUBVENÇÕES SOCIAIS - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do Inquérito Civil. Chefe de

gabinete da Prefeitura que também exercia o cargo de Presidente da Associação Beneficente de Angélica. Ausência de prestação de contas do Município quanto aos repasses à entidade beneficente. Atuação resolutiva. Renúncia ao cargo de Presidente da ABA. Convênio que será julgado pelo TCE. Relatório contábil do DAEX que indicou detalhadamente a destinação dos recursos recebidos pela associação. Ausência de fundamentos para o prosseguimento das investigações. Promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

**3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000767-4**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a responsabilidade e as medidas necessárias para a correção das erosões de grandes proporções existentes nos lotes urbanos 08, 09, 10 e 11 do loteamento Jardim Acapulco, na propriedade rural denominada “Sítio Nossa Senhora Aparecida” e no final da Avenida Cuiabá, estrada de acesso ao loteamento Portal do Eldorado, neste município, provocadas pelo inadequado escoamento das águas pluviais provenientes da área urbana correspondente ao Jardim Acapulco, neste município.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE BATAGUASSU - APURAR A RESPONSABILIDADE E AS MEDIDAS NECESSÁRIAS PARA A CORREÇÃO DAS EROSÕES DO LOTEAMENTO JARDIM ACAPULCO PROVOCADAS PELO INADEQUADO ESCOAMENTO DAS ÁGUAS PLUVIAIS PROVENIENTES DA ÁREA URBANA - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Ineficiência do sistema de drenagem das águas pluviais que ocasionou danos ambientais. Diligências do órgão ministerial. Atuação resolutive. Execução de obras públicas e medidas corretivas para solucionar os problemas de erosão. Ausência de fundamentos para o prosseguimento do feito. Promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00003498-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Tarcílio Evaldo de Souza Júnior

Assunto: Verificar a existência de degradação de APP e supressão vegetal, bem como a regularização da reserva legal, em campo e junto ao CRI.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE AQUIDAUANA - VERIFICAR A EXISTÊNCIA DE DEGRADAÇÃO DE APP E SUPRESSÃO VEGETAL, BEM COMO A REGULARIZAÇÃO DA RESERVA LEGAL, EM CAMPO E JUNTO AO CRI - INEXISTÊNCIA DE DANOS AMBIENTAIS A SEREM RECUPERADOS - APRESENTAÇÃO DE CAR E PRADA - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do Inquérito Civil. Relatório de Vistoria Técnico que aponta pela inexistência de danos ambientais a serem reparados. Isolamento dos pontos com início de processo erosivo. Inscrição do imóvel no CAR e apresentação de PRADA. Inexistência de outras diligências a serem adotadas. Promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

5. Inquérito Civil nº 06.2020.00000856-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ermelindo Adolpho Arrigucci

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no imóvel denominado “Chácara do mineiro”, tal como consta na Ficha Cadastral nº 1042, no âmbito do Programa SOS Rios.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE ANASTÁCIO - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE AMBIENTAL NO IMÓVEL DENOMINADO CHÁCARA DO MINEIRO - PROGRAMA SOS RIOS - AUSÊNCIA DE DANOS - IMÓVEL URBANO - INEXIGIBILIDADE DE INSCRIÇÃO NO CAR - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Ausência de danos ambientais. Relatório técnico com ART e vistoria elaborada pela PMA. Imóvel urbano. Recolhimento IPTU. Inexistência de outras diligências a serem adotadas. Promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

6. Inquérito Civil nº 06.2021.00000742-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Fernandes de Souza



Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente do descarte indevido de pneus em área ambientalmente protegida, sem autorização do órgão ambiental, na Chácara Fernandes, Lote 720, Zona Rural de Novo Horizonte do Sul.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO SUL - APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL DECORRENTE DO DESCARTE INDEVIDO DE PNEUS EM ÁREA AMBIENTALMENTE PROTEGIDA - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do Inquérito Civil. Descarte irregular de pneus inservíveis em Área de Preservação Permanente. Celebrado TAC com observância aos requisitos e exigências legais. Obrigação de inscrever o imóvel no CAR/MS e apresentar PRADA visando a recomposição ambiental. Procedimento administrativo de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

7. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000935-4 - SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Paranaíba

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00002955-7

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar eventual falta de infraestrutura básica nos Bairros Campo Belo I e II, de Dourados/MS, como posto de saúde, saneamento básico, escolas públicas, transporte público de qualidade, dentro outros.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DOURADOS - APURAR EVENTUAL FALTA DE INFRAESTRUTURA BÁSICA NOS BAIRROS CAMPO BELO I E II - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Região que não conta com infraestrutura pública, como creches, unidades de saúde, transporte, iluminação etc. Celebrado TAC com observância aos requisitos da resolução de regência. Obrigação de adotar medidas para sanar as irregularidades envolvendo objeto dos autos. Procedimento Administrativo de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003547-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Renato Alves Ribeiro

Assunto: Verificar a regularidade da reserva legal, em campo e junto ao CRI, bem como a existência de desmatamento, a corte raso, de 408,00 hectares de vegetação nativa, localizada no bioma pantanal, área considerada de objeto especial pela CF/88 (art. 225 §4º), sem autorização do órgão ambiental competente, no imóvel rural denominado Fazenda Querência.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE - DESMATE IRREGULAR - ACORDO EXTRAJUDICIAL FIRMADO COM O ÓRGÃO AMBIENTAL LEGITIMADO À TUTELA COLETIVA - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA INTEGRALMENTE CUMPRIDO - AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR DO *PARQUET* DE PISO - PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO - ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Sobrevindo, na démarche inquisitorial, o cumprimento satisfatório das obrigações pactuadas mediante compromisso de ajustamento de conduta firmado entre o proprietário requerido e o órgão ambiental legitimado à tutela coletiva, exsurge imponente o convencimento da perda superveniente do interesse de agir do *Parquet*.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001618-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo

Requerente: PMA Alexandre Saraiva Gonçalves

Requerido: Fabrício Nunes da Silva Viana



Assunto: Apurar eventual prática de dano ambiental na propriedade localizada na Estrada do Cascalho, Zona Rural, nesta cidade de Mundo Novo, conhecida como “Sítio Santa Luzia”.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE - SUPRESSÃO VEGETAL - DESMATE NÃO AUTORIZADO - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO PARA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DOS DANOS - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ESPECÍFICO PARA ACOMPANHAR O ADIMPLEMENTO DA AVENÇA - ARQUIVAMENTO DO APURATÓRIO DE ORIGEM - HOMOLOGAÇÃO. Sobrevindo a celebração de termo de ajustamento de conduta, com obrigações suficientes à compensação ambiental dos danos causados pelo desmate irregular objeto da investigação, cujo adimplemento será aquilatado em procedimento administrativo específico de controle, através do sistema eletrônico SAJ/MP, o arquivamento do apuratório de origem é medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2020.00001250-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Gianpaolo da Veiga Pessoa Farris

Assunto: Apurar responsabilidade pelo dano ambiental ocorrido na Fazenda Santa Paola, decorrente do corte de exemplares arbóreos de grande porte dispersos em área de reforma de pastagem, totalizando 60 ha, sem Autorização Ambiental.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE - SUPRESSÃO VEGETAL - DESMATE NÃO AUTORIZADO - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO PARA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DOS DANOS - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ESPECÍFICO PARA ACOMPANHAR O ADIMPLEMENTO DA AVENÇA - ARQUIVAMENTO DO APURATÓRIO DE ORIGEM - HOMOLOGAÇÃO. Sobrevindo a celebração de termo de ajustamento de conduta, com obrigações suficientes à compensação ambiental dos danos causados pelo desmate irregular objeto da investigação, cujo adimplemento será aquilatado em procedimento administrativo específico de controle, através do sistema eletrônico SAJ/MP, o arquivamento do apuratório de origem é medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2021.00004321-2

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Recorrente: João Marcelo Kassar Ismael

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apuram reclamação acerca da periculosidade da atividade de tiro, poluição sonora, e perturbação do sossego, referentes ao Clube de Tiro.

EMENTA: NOTÍCIA DE FATO - MEIO AMBIENTE - ORDEM URBANÍSTICA - CLUBE DE TIRO ESPORTIVO - AUSÊNCIA DE ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO - ATUAÇÃO FISCALIZATÓRIA POSITIVA E EFICAZ DO PODER PÚBLICO - FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A INTERVENÇÃO FUNCIONAL DO *PARQUET* - RECURSO DESPROVIDO. Restando demonstrado que o Poder Público, valendo-se do seu poder de polícia, tem atuado de maneira eficaz e bastante para acautelar o sossego coletivo e garantir a manutenção do meio ambiente urbano equilibrado, falta justa causa para a intervenção funcional do *Parquet*.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo desprovisionamento do recurso interposto e pela manutenção da homologação do arquivamento da Notícia de Fato, nos termos do voto do Relator.

5. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000690-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica

Requerente: Polícia Militar Ambiental de Costa Rica

Requerido: Odirce Platero de Souza

Assunto: Colher elementos para formalização de Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido Odirce Platero de Souza.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - MEIO AMBIENTE - SUPRESSÃO VEGETAL - DESMATE NÃO AUTORIZADO - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO PARA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DOS DANOS - INSTAURAÇÃO DE EXPEDIENTE ADMINISTRATIVO ESPECÍFICO PARA ACOMPANHAR O ADIMPLEMENTO DA AVENÇA - ARQUIVAMENTO DO APURATÓRIO DE ORIGEM - HOMOLOGAÇÃO. Sobrevindo a celebração de termo de ajustamento de conduta, com obrigações suficientes à compensação ambiental dos danos causados pelo desmate irregular objeto da investigação, cujo adimplemento será aquilatado em procedimento



administrativo específico de controle, através do sistema eletrônico SAJ/MP, o arquivamento do apuratório de origem é medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2016.00000636-7

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Sonora

Assunto: Apurar delação acerca de supostas ilegalidades cometidas, em tese, pelo poder executivo de Sonora.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PATRIMÔNIO PÚBLICO - FRAUDE EM LICITAÇÕES - EXISTÊNCIA DE APURATÓRIOS PRIMEVOS QUE ABARCAM A PRETENSÃO VEICULADA NO EXPEDIENTE CONTEMPORÂNEO - CONTINÊNCIA - EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO - APLICAÇÃO ANALÓGICA DOS ARTS. 56 E 57 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Sobrevindo, na démarche inquisitorial, a constatação de que o objeto do apuratório se encontra açambarcado, de soslaio, por investigação primeva, configurada está a continência, pelo que se impõe, por tratar-se de situação análoga à da litispendência, ainda que parcial, a extinção da causa contida (a menor) no pedido continente (a maior) sem análise de mérito.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7. Inquérito Civil nº 06.2017.00001718-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar os fatos noticiados por meio de expediente remetido pelo MPF, referente a possíveis irregularidades em convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Bandeirantes e a COOPHAF.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PATRIMÔNIO PÚBLICO - PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL - SUBVENÇÃO E CONVÊNIO - APLICAÇÃO DE RECURSOS E EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS - FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A ATUAÇÃO FUNCIONAL DO *PARQUET* - ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que as verbas municipais repassadas à cooperativa conveniada efetivamente subsidiaram a construção das unidades residenciais contempladas pelo Programa Nacional de Habitação Rural, nos termos em que convencionado, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a atuação funcional do *Parquet*.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

8. Inquérito Civil nº 06.2019.00001437-9

3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretário Municipal de Infraestrutura - Nilo Cervo

Assunto: Apurar eventual descumprimento das formalidades que regem a aquisição de bens pela Administração, por parte de Nilo Cervo, enquanto Secretário Municipal de Infraestrutura.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PATRIMÔNIO PÚBLICO - IMPROBIDADE - DESCUMPRIMENTO DAS FORMALIDADES QUE REGEM A AQUISIÇÃO DE BENS PELA ADMINISTRAÇÃO - MERAS IRREGULARIDADES - AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ - ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL FIRMADO - MULTA CIVIL - PROVIDÊNCIA CÉLERE E PROPORCIONAL À PRÁTICA VERGASTADA - OBRIGAÇÕES QUE DEMANDAM FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE CONTROLE - ARQUIVAMENTO DO APURATÓRIO DE ORIGEM - HOMOLOGAÇÃO. Sobrevindo a celebração de acordo de não persecução cível, para a aplicação célere e proporcional de sanção suficiente à prevenção e repressão da prática acoimada ímproba, cujo adimplemento será aquilatado em procedimento administrativo específico de controle, através do sistema eletrônico SAJ/MP, o arquivamento do apuratório de origem é medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

9. Inquérito Civil nº 06.2020.00000873-3

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sinézio de Lima



Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no imóvel sem denominação, tal como consta na Ficha Cadastral nº 1071, no âmbito do Programa SOS Rios.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, rejeitou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

10. Inquérito Civil nº 06.2021.00000693-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Mauro da Silva Santana

Assunto: Apurar funcionamento de atividade potencialmente poluidora (carvoaria), sem licença ou autorização do órgão ambiental competente, no imóvel rural denominada Rancho Estrela Dourada, distrito de Amandina, nesta cidade e Comarca de Ivinhema/MS, de propriedade do Sr. Mauro da Silva Santana.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE - FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE POLUIDORA EM POTENCIAL SEM LICENÇA DO ÓRGÃO COMPETENTE - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO PARA COMPENSAÇÃO DOS DANOS - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ESPECÍFICO PARA ACOMPANHAR O ADIMPLEMENTO DA AVENÇA - ARQUIVAMENTO DO APURATÓRIO DE ORIGEM - HOMOLOGAÇÃO. Sobrevindo a celebração de termo de ajustamento de conduta, com obrigações suficientes à compensação ambiental dos danos causados pelo funcionamento de atividade poluidora em potencial sem licença do órgão competente, cujo adimplemento será aquilatado em procedimento administrativo específico de controle, através do sistema eletrônico SAJ/MP, o arquivamento do apuratório de origem é medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO GERARDO ERIBERTO DE MORAIS:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002012-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Polícia Militar Ambiental 15bpma PMMS

Requerido: Daltro Fiuza

Assunto: Apurar a legalidade da criação de javalis na Fazenda Nossa Senhora de Fátima, de propriedade do Senhor Daltro Fiuza.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A LEGALIDADE DA CRIAÇÃO DE JAVALIS NA FAZENDA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, DE PROPRIEDADE DO SR. DALTRO FIUZA - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC com o compromissário, o qual se comprometeu em realizar as obrigações contidas nas fls. 70-73. 2. Consigne-se que foi instaurado o PA nº 09.2021.00006526-1 para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2016 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as pendências diagnosticadas na perícia ambiental foram objeto de TAC. 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2021.00001087-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Polícia Militar Ambiental de Bonito-MS

Requeridos: José Marcio Ferreira dos Santos, Daniela Vieira Perez, Janaina de Barros Araujo Ferreira e Artur de Azevedo Perez Filho

Assunto: Apurar a construção (abertura) de estrada para uso interno na propriedade rural, de picadas, deck e passarelas de madeira, às margens do Rio Formoso, na Chácara Marília - Parte da Fazenda São João, em Bonito/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 4759 e Relatório de Fiscalização Ambiental nº 072/4ªCIA/BPMA/2021.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR ABERTURA DE UMA ESTRADA PARA USO INTERNO DE PROPRIEDADE RURAL MEDINDO 420KM DE EXTENSÃO, CONSTATADO A RETIRADA DE PEDRAS PARA A LATERAL DA VIA ABERTA, A UTILIZAÇÃO DE ATERRO (CASCALHO E TERRA) E COLOCAÇÃO DE MANILHAS, CARACTERIZANDO UMA ESTRADA NAS MARGENS DO RIO FORMOSO, NA CHÁCARA MARÍLIA - PARTE DA FAZENDA SÃO JOÃO, EM BONITO-MS, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE - DUPLICIDADE DE INQUÉRITOS CIVIS - LITISPENDÊNCIA - IC Nº



06.2021.00001087-6 MAIS ANTIGO - IC Nº 06.2021.00001086-5 MAIS RECENTE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. 1. Durante a instrução, verificou-se a duplicidade de procedimentos tramitando no órgão de execução com o mesmo objeto e as mesmas partes, configurando-se o instituto da litispendência, adotado em processos no CPC e, por analogia, adotado nos procedimentos extrajudiciais; 2. Os fatos apurados neste Inquérito Civil também estão sendo investigados no Inquérito Civil nº 06.2021.00001086-5, instaurado, entretanto, em data posterior a este procedimento. 3. Assim, de acordo com a regra processual prevalecente, nos casos em que há duplicidade de procedimentos, o mais antigo deve permanecer em trâmite, razão pela qual o arquivamento deste procedimento não merece ser homologado, devendo ser promovido o arquivamento do IC n. 06.2021.00001086-5, por ser este o mais recente. 4. Promoção de arquivamento não homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2020.00000705-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: CAOMA - Centro de Apoio Operacional Meio Ambiente

Requerido: Luiz Faria de Araújo

Assunto: Apurar desmatamento de 89,08 hectares em área de Áreas de Tensão Ecológica ou Contatos Florísticos e Vegetação Ciliar Aluvial, na Fazenda Paraíso, em Bonito/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 285/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR DESMATAMENTO DE 89,08 HECTARES EM ÁREA DE ÁREAS DE TENSÃO ECOLÓGICA OU CONTATOS FLORÍSTICOS E VEGETAÇÃO CILIAR ALUVIAL, NA FAZENDA PARAÍSO, EM BONITO/MS, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME PARECER N. 285/19/NUGEO (PROGRAMA DNA AMBIENTAL) - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC com o compromissário, o qual se comprometeu em realizar as obrigações contidas nas fls. 155-162. 2. Consigne-se que foi instaurado o PA nº 09.2021.00006823-6 para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2016 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as pendências diagnosticadas na perícia ambiental foram objeto de TAC. 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00000049-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica

Requerente: Núcleo de Geotecnologias-NUGEO

Requeridos: Aurea Fernandes Geraldi e Vera Lúcia Fernandes Geraldi

Assunto: Formalizar Termo de Ajustamento de Conduta com as requeridas Aurea Fernandes Geraldi e Vera Lúcia Fernandes Geraldi pelo fato de ter sido constatado o desmatamento, possivelmente ilegal, de 8.334,57 m² ocorrido na Fazenda Stella II, V, VIII, localizada no município de Costa Rica/MS.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - FORMALIZAR TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA COM AS REQUERIDAS AUREA FERNANDES GERALDI E VERA LÚCIA FERNANDES GERALDI, PELO FATO DE TER SIDO CONSTATADO O DESMATAMENTO ILEGAL DE 8.334,57M² OCORRIDO NA FAZENDA STELLA II, V E VIII, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE COSTA RICA-MS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que houve a celebração de termo de ajustamento de conduta com os compromissários, os quais se comprometeram em realizar as obrigações contidas nas fls. 57-62. 2. Consigne-se que foi instaurado o PA nº 09.2021.00006061, para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste procedimento e, na linha do enunciado nº 9/2016 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as pendências diagnosticadas foram objeto de TAC. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2020.00001336-9

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual



Requerido: Carlos Tranquilo Bonatto

Assunto: Apurar eventual degradação ambiental da Área de Preservação Permanente no Lote 45, na Quadra T/RUA, localizado na Rua Naviraí, Bairro Autonomista, de propriedade de Carlos Tranquilo Bonatto, assim como a atuação do município de Campo Grande em efetivar a fiscalização e a recomposição dos danos existentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAL DEGRADAÇÃO AMBIENTAL DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE INSERIDA NO LOTE T/RUA, QUADRA 45, LOCALIZADO NA RUA NAVIRAÍ, BAIRRO AUTONOMISTA, NESTA CAPITAL, PROPRIEDADE DE CARLOS TRANQUILLO BONATTO, ASSIM COMO A ATUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE EM EFETIVAR A FISCALIZAÇÃO E A RECOMPOSIÇÃO DOS DANOS EXISTENTES - NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE DANO AMBIENTAL - OBSERVÂNCIA DO ENUNCIADO Nº 10/CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, observa-se que, embora a propriedade em questão tenha realizado o PRADA (Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas), faz-se necessário promover novas diligências a fim de comprovar a inexistência de danos no local. 2. Ressalta-se que conforme estabelece o Enunciado nº 10 do Conselho Superior do Ministério Público, nos casos em que houver dano ambiental é imprescindível a elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta a fim de saná-lo, não sendo suficiente, apenas a apresentação de CAR e de PRADA para subsidiar a promoção de arquivamento. 3. Assim, vota-se pela não homologação da promoção de arquivamento, determinando a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para as providências necessárias.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e determinou a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para as providências necessárias, nos termos do voto do Relator.

2.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:

1. Inquérito Civil nº 06.2019.00001383-6

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara Municipal de Camapuã

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação do Jornal Folha Regional pela Câmara de Vereadores de Camapuã para publicação de atos oficiais.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DO JORNAL FOLHA REGIONAL PELA CÂMARA DE VEREADORES DE CAMAPUÃ PARA PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Após análise dos autos, verifica-se que as informações que deram origem à presente investigação não foram confirmadas, porquanto não restou constatado irregularidades na contratação do Jornal Folha Regional pela Câmara Municipal de Camapuã para publicação de atos oficiais, bem como inexistem indícios de atos de improbidade administrativa, razão pela qual vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2020.00001066-1

76ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a falta de medicamentos para sedação e anestesia.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A FALTA DE MEDICAMENTOS PARA SEDAÇÃO E ANESTESIA. IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Após análise dos autos, verifica-se que o problema objeto desta investigação foi solucionado, uma vez que foram adotadas todas providências necessárias para monitoramento dos estoques de medicamentos para sedação e anestesia em Campo Grande durante a pandemia da Covid-19, inexistindo, assim, razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000864-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Sonora

Assunto: Apurar supostas irregularidades no pagamento de diárias aos vereadores deste Município, nos anos de 2020 e 2021.



EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO PAGAMENTO DE DIÁRIAS AOS VEREADORES DESTE MUNICÍPIO, NOS ANOS DE 2020 E 2021. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. RECOMENDAÇÃO ACATADA. OBJETO ESGOTADO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto a Câmara Municipal de Sonora/MS acatou a Recomendação do Ministério Público Estadual. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento. **Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

4. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00001171-0

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Gustavo Almeida Freitas de Souza e Angelita Batista da Silva Lopes

Assunto: Apurar eventual prática de condutas transgressoras às medidas preventivas e sanitárias necessárias à contenção das nefastas consequências provocadas pela pandemia da Covid-19, consistente em ocasionar aglomeração, bem como injusta e intolerável violação a preceitos fundamentais da coletividade, tais como a saúde a dignidade da pessoa humana. EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE CONDUTAS TRANSGRESSORAS ÀS MEDIDAS PREVENTIVAS E SANITÁRIAS NECESSÁRIAS À CONTENÇÃO DAS NEFASTAS CONSEQUÊNCIAS PROVOCADAS PELA PANDEMIA DA COVID-19, CONSISTENTE EM OCASIONAR AGLOMERAÇÃO, BEM COMO INJUSTA E INTOLERÁVEL VIOLAÇÃO A PRECEITOS FUNDAMENTAIS DA COLETIVIDADE, TAIS COMO A SAÚDE A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA COM A REQUERIDA ANGELITA BATISTA DA SILVA LOPES. AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FACE DO REQUERIDO GUSTAVO ALMEIDA FREITAS DE SOUZA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO PARCIAL HOMOLOGADA. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com a requerida Angelita Batista da Silva Lopes em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ. Por outro lado, em consulta ao sistema SAJMP, verifica-se que a Promotoria de Justiça ajuizou a Ação Civil Pública nº 0900124-10.2021.8.12.0002 em face do requerido Gustavo Almeida Freitas de Souza, instruindo a demanda com os próprios autos deste procedimento preparatório. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento parcial.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento parcial, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00001488-6

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual dano ao erário consistente no pagamento de serviços inexistentes por parte da municipalidade, para fins de desvio de verbas públicas e aplicação em campanha eleitoral.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL DANO AO ERÁRIO CONSISTENTE NO PAGAMENTO DE SERVIÇOS INEXISTENTES POR PARTE DA MUNICIPALIDADE, PARA FINS DE DESVIO DE VERBAS PÚBLICAS E APLICAÇÃO EM CAMPANHA ELEITORAL. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Após análise dos autos, verifica-se que restou apurado ilegalidades de contratações das empresas Metovan e Colleti sem prévio processo de licitação, além de fracionamento daquilo que poderia ser objeto de licitação. Embora tais contratações realmente tenham ocorrido, houve o cumprimento das prestações ora contratadas, não havendo indícios de contratação sem a devida contraprestação ou mesmo superfaturamento nas contratações. Além disso, não há provas nos autos da existência de dolo por parte do gestor municipal e das pessoas jurídicas envolvidas em se mancomunarem para ilicitamente locupletarem do erário público e, como consequência, gerar prejuízo ao erário público. O que restou verificado, em verdade, foi uma falta de organização administrativa, não havendo comprovação de dano na espécie. Dessa forma, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. Posto isso, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2.2.7. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001832-7

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual



Requerido: Município de Coxim

Assunto: Apurar as irregularidades no CAPS I de Coxim, apontadas no relatório de vistoria do Conselho Regional de Medicina nº 61/2018.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE COXIM - SAÚDE PÚBLICA - APURAR IRREGULARIDADES NO CAPS I DE COXIM - RELATÓRIO DE VISTORIA DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - IRREGULARIDADES CONSTATADAS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - COMPROMISSO PARA CORREÇÃO DAS IRREGULARIDADES - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A homologação da promoção de arquivamento se justifica tendo em vista a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com o Município de Coxim, comprometendo-se a sanar todas as irregularidades contidas no Relatório de Vistoria 167/2020/MS, realizado pelo Departamento de Fiscalização do CRM/MS. O Procedimento Administrativo para acompanhamento do cumprimento das cláusulas do compromisso foi devidamente instaurado, conforme prevê o artigo 38 da Resolução nº 15/2007-PGJ e o Enunciado 09 do CSMP. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002709-2

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Dourados e outros

Assunto: Apurar eventuais irregularidades técnicas e estruturais da sede da CAF Central de Abastecimento Farmacêutico e da URMI Unidade Reguladora de Medicamentos e Insumos, da Secretaria Municipal de Saúde de Dourados/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DOURADOS - SAÚDE PÚBLICA - APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES TÉCNICAS E ESTRUTURAIS NA SEDE DA CAF E DA URMI DE DOURADOS - PRECARIEDADE DAS INSTALAÇÕES ATESTADAS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - COMPROMISSO PARA CORREÇÃO DAS IRREGULARIDADES - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A homologação da promoção de arquivamento se justifica tendo em vista a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com o Município de Dourados, reconhecendo as irregularidades e comprometendo-se a saná-las. O Procedimento Administrativo para acompanhamento do cumprimento das cláusulas do compromisso foi devidamente instaurado, conforme prevê o artigo 38 da Resolução nº 15/2007-PGJ e o Enunciado 09 do CSMP. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00003474-9

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Vicentina

Assunto: Apurar eventual irregularidade praticada pelo Município de Vicentina, consistente na disponibilização de ônibus escolar para transporte de funcionários da empresa Kagiva, localizada no Município de Vicentina IC físico nº 09/2015.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE FÁTIMA DO SUL - MUNICÍPIO DE VICENTINA - PATRIMÔNIO PÚBLICO - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE CONSISTENTE NA DISPONIBILIZAÇÃO DE ÔNIBUS ESCOLAR PARA TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS DA EMPRESA KAGIVA - FAVORECIMENTO NÃO CONSTATADO - TRANSPORTE DESTINADO A TODOS OS TRABALHADORES DOS DISTRITOS DE VICENTINA - ATO AUTORIZADO POR LEGISLAÇÃO MUNICIPAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito se justifica, uma vez que a investigação não constatou o favorecimento à empresa Kagiva, pelo Município de Vicentina. O órgão de execução verificou que o transporte se destinava a todos os trabalhadores dos distritos de Vicentina, não exclusivamente a uma empresa, e estava autorizado por legislação municipal. Ausência de improbidade administrativa ou dano ao erário. Decisão em conformidade com o art. 10 da Resolução nº 23/2007 do CNMP. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

**4. Inquérito Civil nº 06.2020.00000914-3**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Luiza de Oliveira Pereira

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no imóvel denominado “Loteamento Sitioca Lambari Lote 14”, tal como consta na Ficha Cadastral nº 1.010, no âmbito do Programa SOS Rios.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE ANASTÁCIO - MEIO AMBIENTE - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE AMBIENTAL NO IMÓVEL DENOMINADO LOTEAMENTO SITOCA LAMBARI (LOTE 14) - PROGRAMA SOS RIOS - VISTORIA *IN LOCO* PELA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL - DANO AMBIENTAL NÃO CONSTATADO - ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE PRESERVADA - PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica em razão da constatação da inexistência de dano ambiental. Propriedade que apresenta Área de Preservação Permanente intocada. Objeto esvaziado. Decisão conforme o Enunciado nº 10 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000319-7

76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul e a Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande

Assunto: Apurar a regularidade no fornecimento de insumos para pacientes laringectomizados e traqueostomizados em Campo Grande/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - SAÚDE PÚBLICA - APURAR A REGULARIDADE NO FORNECIMENTO DE INSUMOS PARA PACIENTES LARINGECTOMIZADOS E TRAQUEOSTOMIZADOS NO MUNICÍPIO - SUPRIMENTO REGULAR - INEXISTÊNCIA DE INFORMAÇÕES CONCRETAS SOBRE PACIENTES DESASSISTIDOS - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE DO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A promoção de arquivamento se justifica, porquanto não foram constatadas as irregularidades originalmente apontadas. As investigações revelaram o regular fornecimento de insumos para pacientes laringectomizados e traqueostomizados pelo Município de Campo Grande, inexistindo informações concretas sobre eventuais pacientes desassistidos. Não há justa causa para manutenção do presente inquérito civil, tampouco evolução para ação civil pública. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

6. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000687-9

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: K.S.M. Estruturas para Evento Ltda. e outros.

Assunto: Apurar eventual dano ao erário público decorrente da execução do objeto do Contrato n. 83, de 8 de março de 2019, firmado entre o Município de Campo Grande e a empresa K.S.M. Estruturas para Eventos Ltda., tendo por finalidade a contratação de locação de tendas piramidais e/ou chapéu de bruxa, para atendimento da demanda de órgãos públicos municipais.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE CAMPO GRANDE - PATRIMÔNIO PÚBLICO - APURAR EVENTUAL DANO AO ERÁRIO DECORRENTE DE SUPOSTO SUPERFATURAMENTO EM CONTRATO PARA LOCAÇÃO DE TENDAS CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE E A EMPRESA K.S.M. ESTRUTURAS PARA EVENTOS - CONCORRÊNCIA RESPEITADA - EXECUÇÃO REGULAR DO CONTRATO - PREÇOS DENTRO DA MÉDIA DO MERCADO - AUSÊNCIA DE SUPERFATURAMENTO - INEXISTÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do procedimento se justifica, porquanto as investigações não constataram indícios de direcionamento do edital, tampouco demonstração de prejuízo ao erário pela contratação celebrada. A concorrência foi



respeitada, os serviços foram devidamente prestados e não restou identificado o alegado sobrepreço, pelo que não há elementos que justifiquem a manutenção do procedimento. Decisão em conformidade com o art. 10 da Resolução n. 23/2007 do CNMP. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00000089-2

Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial - GACEP

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e outro

Assunto: Apurar o baixo efetivo na estrutura da Coordenadoria-Geral de Perícias de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de colher informações, depoimentos, certidões e outras diligências para posterior tomada de compromisso de ajustamento de conduta, ajuizamento de ação civil pública ou arquivamento do procedimento.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - GACEP - CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL - APURAR O BAIXO EFETIVO NA ESTRUTURA DA COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS DE MATO GROSSO DO SUL – DEFICIÊNCIA NO QUADRO DE PERITOS EVIDENCIADA - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DAS VAGAS PUBLICADO - PROVA ESCRITA OBJETIVA REALIZADA - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO PARA ACOMPANHAMENTO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do procedimento se justifica, porquanto foi publicado o edital prevendo o provimento de 250 vagas de perito oficial forense para o Estado de Mato Grosso do Sul. Foi instaurado no GACEP Procedimento Administrativo para acompanhar a realização do concurso até a lotação final dos novos servidores. Com isso, não há justa causa para manutenção do presente inquérito civil. Decisão em conformidade com o art. 10 da Resolução n. 23/2007 do CNMP. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00001741-7

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Alcinópolis

Assunto: Apurar a conduta omissiva do gestor municipal em não proceder a integração do Município de Alcinópolis-MS ao Sistema Nacional de Trânsito, conforme obrigação disposta no artigo 24, da Lei nº 9.503/97, do Código de Trânsito Brasileiro.

Advogado: Cleomar Furtado de Lima - OAB/MS nº 8.219

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE COXIM - MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS - APURAR A CONDUTA OMISSIVA DO GESTOR MUNICIPAL EM NÃO PROMOVER A INTEGRAÇÃO DO MUNICÍPIO AO SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO - COMPETÊNCIA DO EXECUTIVO - SEPARAÇÃO DOS PODERES - CARÁTER EXCEPCIONALÍSSIMO NÃO EVIDENCIADO - PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do procedimento se justifica, porquanto não restou evidenciado o caráter excepcionalíssimo que autorizaria a intervenção do Poder Judiciário em questão discricionária do Poder Executivo Municipal. Desse modo, deve prevalecer a regra de separação entre os poderes, permanecendo a decisão sobre a integração do município ao Sistema Nacional de Trânsito a critério do Gestor Municipal de Alcinópolis. Decisão em conformidade com o art. 10 da Resolução n. 23/2007 do CNMP. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

9. Inquérito Civil nº 06.2018.00002909-0

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde



Assunto: Aumentar o número de leitos psiquiátricos em hospitais públicos e conveniados ao SUS no Município de Campo Grande.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE -SAÚDE PÚBLICA - AUMENTAR O NÚMERO DE LEITOS PSIQUIÁTRICOS EM HOSPITAIS PÚBLICOS E CONVENIADOS AO SUS NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - IMPLEMENTAÇÃO DE NOVOS LEITOS - MELHORIA DO FLUXO DE ATENDIMENTOS - REDUÇÃO DO TEMPO DE ESPERA POR LEITOS DE PSIQUIATRIA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A promoção de arquivamento merece ser homologada, porquanto foram adotados os esforços necessários para saneamento das irregularidades originalmente constatadas. Em atuação resolutiva do órgão de execução, foram implementados novos leitos psiquiátricos, houve melhoria do fluxo de atendimentos e redução do tempo de espera por leitos de psiquiatria no município. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Campo Grande, 21 de fevereiro de 2022.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

COMISSÃO ELEITORAL

AVISO Nº 002/2022/CE-PGJ

A COMISSÃO ELEITORAL DESIGNADA PELO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA PARA CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL DE FORMAÇÃO DA LISTA TRÍPLICE PARA ESCOLHA DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA NO ANO DE 2022, no uso das atribuições previstas no artigo 6º da Resolução nº 6/2021-CPJ, de 18 de novembro de 2021, **torna público o nome do Procurador de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda, único candidato inscrito e habilitado, para concorrer à eleição para a composição da lista para a escolha do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, biênio 2022/2024**, que será realizada no dia **21 de março de 2022**, no período **das 9 às 17 horas**, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, situada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, Campo Grande-MS, de conformidade com o Aviso nº 001/2022/CE-PGJ, de 21.1.2022, publicado no DOMP/MS nº 2.593, de 24.1.2022.

Campo Grande, 18 de fevereiro de 2022.

IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI

Procuradora de Justiça

Presidente da Comissão Eleitoral

ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO

Procurador de Justiça

Membro da Comissão Eleitoral

RENZO SIUFI

Promotor de Justiça

Membro da Comissão Eleitoral

FELIPE DE ALMEIDA MARQUES

Promotor de Justiça

Membro da Comissão Eleitoral



SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

AVISO Nº 059/2022-SGP

XXIII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **TORNA PÚBLICA** a **DECADÊNCIA** do direito de serem empossados dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no XXIII Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 002/2021-GED, de 27 de janeiro de 2021, publicado no DOMP nº 2367, de 28 de janeiro de 2021, uma vez que tais candidatos não apresentaram a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados no Aviso de Convocação nº 057/2022-SGP, publicado no DOMP nº 2.595, de 26 de janeiro de 2022 e no Aviso de Convocação nº 058/2022-SGP, publicado no DOMP nº 2.596, de 27 de janeiro de 2022:

COMARCA	NÍVEL DE ENSINO	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
CAMPO GRANDE	GRADUAÇÃO ADMINISTRACÃO	ISRAEL FERNANDES NOGUEIRA DOS SANTOS CAMELO	34º
CAMPO GRANDE	GRADUAÇÃO ADMINISTRACÃO	FERNANDA KAINÉ	35º
CAMPO GRANDE	GRADUAÇÃO ADMINISTRACÃO	MATHEUS ADRIANO DA SILVA BARBOSA	37º
CAMPO GRANDE	GRADUAÇÃO ADMINISTRACÃO	JENNIFER DA SILVA RICARDO	38º
CAMPO GRANDE	GRADUAÇÃO ADMINISTRACÃO	RENAN GOMES DE OLIVEIRA	39º
COSTA RICA	GRADUAÇÃO ADMINISTRACÃO	ALEXANDRE CANDIDO LOPES	1º
ANAUROLÂNDIA	ENSINO MÉDIO	CAIO RODRIGUES GONCALVES SANTOS	2º
BRASILÂNDIA	ENSINO MÉDIO	MARIA EDUARDA DA SILVA MARCHI	2º
BONITO	ENSINO MÉDIO	MARINY CORREA IFRAN	2º
MARACAJU	ENSINO MÉDIO	VITOR HUGO BORGES CARDOSO	3º
NAVIRAI	ENSINO MÉDIO	ISABELA EMILY MATOS	3º
NOVA ANDRADINA	ENSINO MÉDIO	KAYKY PEREIRA DOS SANTOS	23º
TRÊS LAGOAS	ENSINO MÉDIO	GIOVANNA PASSOS DE SOUZA	22º
TRÊS LAGOAS	ENSINO MÉDIO	JOSE DE SOUZA RODRIGUES NETO	23º

Campo Grande, 21 de fevereiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

AVISO Nº 060/2022-SGP

XXIII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **TORNA PÚBLICA** a **DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA** do direito de serem empossados dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no XXIII Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 002/2021-GED, de 27 de janeiro de 2021, publicado no DOMP nº 2367, de 28 de janeiro de 2021; e convocados pelo Aviso de Convocação nº 057/2022-SGP, publicado no DOMP nº 2.595, de 26 de janeiro de 2022:



COMARCA	NÍVEL DE ENSINO	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
CAMPO GRANDE	PÓS-GRADUAÇÃO - ENGENHARIA CIVIL	VIVIANE ZORIO PEIXOTO	10º
CAMPO GRANDE	GRADUAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO	VINICIUS MACHADO PRATES	32º
CAMPO GRANDE	GRADUAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO	VINICIUS COSTA SILVA	33º
CAMPO GRANDE	GRADUAÇÃO - COMUNICAÇÃO/JORNALISMO	ANA LAURA MENEGAT DE AZEVEDO	2º

Campo Grande, 21 de fevereiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

AVISO Nº 061/2022-SGP

XXIII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **TORNA PÚBLICA** a **DESISTÊNCIA** do direito de serem empossados dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no XXIII Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 002/2021-GED, de 27 de janeiro de 2021, publicado no DOMP nº 2367, de 28 de janeiro de 2021; e convocados pelo Aviso de Convocação nº 057/2022-SGP, publicado no DOMP nº 2.595, de 26 de janeiro de 2022 e Aviso de Convocação nº 058/2022-SGP, publicado no DOMP nº 2.596, de 27 de janeiro de 2022:

COMARCA	NÍVEL DE ENSINO	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
CAMPO GRANDE	GRADUAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO	NATHALIA CRISTIANE LISTON	36º
CAMPO GRANDE	GRADUAÇÃO - ENGENHARIA AMBIENTAL OU SANITÁRIA	LUCAS KREULICH JARA	2º
CAMPO GRANDE	GRADUAÇÃO - ENGENHARIA AMBIENTAL OU SANITÁRIA	ANA PAULA LAPAS LEO	3º
APARECIDA DO TABOADO	ENSINO MÉDIO	HENRIQUE MATERE COELHO OLIVEIRA	4º
BATAGUASSU	ENSINO MÉDIO	MAURICIO DE OLIVEIRA JUNIOR	5º
CAARAPÓ	ENSINO MÉDIO	CAMILLY VITORIA MARQUES DE MOURA	7º
COXIM	ENSINO MÉDIO	VICTOR BRITTO NUNES PINTO	5º
DOURADOS	ENSINO MÉDIO	ISABELA DE SOUZA PENZO	29º
DOURADOS	ENSINO MÉDIO	LUCAS FERRAZ DA SILVA	31º
DOURADOS	ENSINO MÉDIO	GUILHERME ARAUJO BELO DOS SANTOS	33º
RIO VERDE DE MATO GROSSO	ENSINO MÉDIO	MARYHA SOUZA VAZ DE LIMA	4º
TRÊS LAGOAS	ENSINO MÉDIO	ANA LIVIA NOIA GONCALVES	21º

Campo Grande, 21 de fevereiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000545 DE 03.02.2022 DO PROCESSO 09.2022.00000952-9**

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: EZ Techs Importadora, Exportadora e Representações Eireli.

Licitação: Ata de Registro de Preços 45/PGJ/2021 - Pregão Eletrônico nº 23/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de materiais elétricos (eletrodutos, fitas, etc.), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 5.657,00 (cinco mil seiscentos e cinquenta e sete reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000545 de 03.02.2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000546 DE 03.02.2022 DO PROCESSO 09.2022.00000735-3

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Mailton dos Santos Orue.

Licitação: Ata de Registro de Preços 33/PGJ/2021 - Pregão Eletrônico nº 21/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de materiais de pintura predial, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 3.000,00 (três mil reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000546 de 03.02.2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000547 DE 03.02.2022 DO PROCESSO 09.2022.00000672-1

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Comercial S.B.S Eireli.

Licitação: Ata de Registro de Preços 27/PGJ/2021 - Pregão Eletrônico nº 11/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de materiais químicos, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 4.214,10 (quatro mil duzentos e quatorze reais e dez centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000547 de 03.02.2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000609 DE 09.02.2022 DO PROCESSO 09.2022.00000734-2

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Diluz Comércio de Materiais Elétricos Ltda.

Licitação: Ata de Registro de Preços 30/PGJ/2021 - Pregão Eletrônico nº 22/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de materiais de elétricos (passa fio, plugs, refletores tomadas, etc.).

Valor: R\$ 26.104,50 (vinte e seis mil cento e quatro reais e cinquenta centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000609, de 09.02.2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000610 DE 09.02.2022 DO PROCESSO 09.2022.00000737-5**

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: RR Nogueira Soluções em Negócios Ltda.

Licitação: Ata de Registro de Preços 34/PGJ/2021 - Pregão Eletrônico nº 21/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de materiais de pintura predial, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 3.871,40 (três mil oitocentos e setenta e um reais e quarenta centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000610 de 09.02.2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000611 DE 09.02.2022 DO PROCESSO 09.2022.00000742-0

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: RL de Oliveira & Cia Ltda.

Licitação: Ata de Registro de Preços 32/PGJ/2021 - Pregão Eletrônico nº 21/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de materiais de pintura predial, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 9.397,20 (nove mil trezentos e noventa e sete reais e vinte centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000611 de 09.02.2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 023/PGJ/2022

Processo: 09.2022.00000095-0

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **MARQUES E MARQUES LTDA**, representada por **Humberto de Lima Marques**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 59,94 (cinquenta e nove reais e noventa e quatro centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000104, de 14.01.2022.

Vigência: 14.02.2022 a 31.12.2022.

Data de assinatura: 14 de fevereiro de 2022.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 047/PGJ/2022

Processo: 09.2022.00000032-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **JUCEUMA ALVES DE ASSIS ALCAZAS**, representada por **Juceuma Alves de Assis Alcazas**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Fornecimento de gás (botijão de gás – GLP, 13 kg), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 100,00 (cem reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000213, de 21.01.2022.

Vigência: 10.02.2022 a 31.12.2022.

Data de assinatura: 10 de fevereiro de 2022.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 050/PGJ/2022**

Processo: 09.2022.00000033-8

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **MARCOS AURÉLIO ALVES DA SILVA 78976189191**, representada por **Marcos Aurélio Alves da Silva**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 535,00 (quinhentos e trinta e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000218, de 21.01.2022.

Vigência: 10.02.2022 a 31.12.2022.

Data de assinatura: 10 de fevereiro de 2022.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 072/PGJ/2022

Processo: 09.2022.00000066-0

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **REGIA DE MORAIS PEREIRA**, representada por **Regia de Moraes Pereira**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 130,00 (cento e trinta reais), nos termos da Nota de Empenho 2022NE000278, de 25.01.2022.

Vigência: 11.02.2022 a 31.12.2022.

Data de assinatura: 11 de fevereiro de 2022.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 079/PGJ/2022

Processo: 09.2022.00000023-8

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **ROGERIO MICHELS DAS CHAGAS**, representada por **Rogério Michels das Chagas**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000317, de 26.01.2022.

Vigência: 14.02.2022 a 31.12.2022.

Data de assinatura: 14 de fevereiro de 2022.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 080/PGJ/2022**

Processo: 09.2022.00000031-6

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **JUCEUMA ALVES DE ASSIS ALCAZAS**, representada por **Juceuma Alves de Assis Alcazas**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000318, de 26.01.2022.

Vigência: 10.02.2022 a 31.12.2022.

Data de assinatura: 10 de fevereiro de 2022.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 084/PGJ/2022

Processo: 09.2022.00000067-1

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **REGIA DE MORAIS PEREIRA**, representada por **Regia de Moraes Pereira**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Fornecimento de gás (botijão de gás – GLP, 13 kg), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 110,00 (cento e dez reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000323, de 26.01.2022.

Vigência: 11.02.2022 a 31.12.2022.

Data de assinatura: 11 de fevereiro de 2022.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 101/PGJ/2022

Processo: 09.2022.00001312-2

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **DEMARKA DECORAÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, representada por **Marcia Helena de Campos Arce**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Prestação de serviço de reforma, substituição e lavagem de persianas para atender o Departamento de Serviços Gerais/PGJ.

Valor estimado mensal: R\$ 831,00 (oitocentos e trinta e um reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000600, de 08.02.2022.

Vigência: 16.02.2022 a 31.12.2022.

Data de assinatura: 16 de fevereiro de 2022.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 007/PGJ/2022**

Processo: 09.2022.00000787-5

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **TOTALCAD COMERCIO E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA.**, representada por **José Augusto da Silva**.

Licitação: Dispensada.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Contratação de assinaturas de licenças, por usuário, do *Software* de criação de modelos em 3D no computador, denominado SketchUp PRO, desenvolvido pela empresa Trimble, abrangendo direito de utilização, suporte, garantia, manutenção e atualização do *software*, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor total: R\$ 11.108,00 (onze mil cento e oito reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000074, datada de 15.02.2022.

Vigência: 21.02.2022 até 21.02.2025.

Data de assinatura: 21 de fevereiro de 2022.

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA ENTRE MPMS E SED

Processo: 09.2022.00001665-2

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;

2- **ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**, neste ato representada por sua Secretária, **Maria Cecília Amendola da Motta**.

Amparo legal: Artigos 205 e 227 da Constituição Federal, artigo 56 da Lei nº 8.069/90, artigos 5º, § 1º, III, e 12 da Lei nº 9.394/96 e Decreto Estadual nº 11.261/2003.

Objeto: Adotar procedimento para implantar e executar o Sistema de Busca Ativa Escolar de Mato Grosso do Sul – Sistema BAE-MS, mecanismo para dirimir as faltas injustificadas e consequentemente prevenir o processo de abandono e evasão escolar nas escolas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, REE/MS, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência do Convênio: 07.02.2022 até 07.02.2024.

Data da assinatura: 7 de fevereiro de 2022.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/PGJ/2021

Processo: PGJ/10/2207/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **LLIMA ENGENHARIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **Luís Moreira de Lima**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (inverter e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação com a finalidade de atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	1	Aparelho condicionador de ar, tipo <i>split hi-wall inverter</i> , composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 9.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou <i>scroll</i> , gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca: TCL 9000 BTUS INVERTER 220V FRIO.	Unidade	30	2.000,00
	2	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo <i>SPLIT</i> 9.000 Btu's, com isolamento térmico.	Metro	180	76,90
	3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 9.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	25	490,00
	4	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 9.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado.	Serviço	15	595,00
	5	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 12 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 30.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca: Elgin/Aspen Mini Orange.	Unidade	20	699,00
	6	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	100	28,90
	7	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	100	28,90
5	29	Aparelho condicionador de ar, tipo bi <i>split hi-wall inverter</i> , composto por três unidades distintas, 1 condensadora (externa) e 2 evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 24.000 BTU/h ou superior (2 x 12.000 btu's); comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Obs.: A capacidade da condensadora poderá ser superior a 24.000 B'tus, desde que atenda a capacidade de 12.000 Btu's solicitado para cada evaporadora. Marca: Springer/Midea dual inverter 27000 BTUS + 2 EVAP. 12000 BTUS.	Unidade	4	10.400,00
	30	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo bi <i>split</i> 24.000 Btu's. com isolamento térmico.	Metro	80	235,00
	31	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo bi <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 24.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	4	1.500,00
	32	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo bi <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 24.000 Btu's, 220 V,	Serviço	4	2.000,00



		nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado.			
	33	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 12 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 30.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca: Elgin/Aspen Mini Orange.	Unidade	4	749,00
	34	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	40	65,00
	35	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	80	75,00
7	43	Aparelho condicionador de ar, tipo <i>split inverter</i> piso/teto, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 35.000 a 36.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou superior, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A ou B. Garantia mínima: 12 meses. Marca: Elgin 36000 BTUS piso teto inverter 220v frio.	Unidade	6	11.000,00
	44	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo <i>split</i> 35.000 a 36.000 Btu's. com isolamento térmico.	Metro	60	115,00
	45	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 35.000 a 36.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	5	999,00
	46	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 35.000 a 36.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado.	Serviço	5	1.399,00
	47	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 35 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 60.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca: Elgin/Aspen Maxi Orange	Unidade	5	750,00
	48	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	40	30,00
	49	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	100	30,00
8	50	Aparelho condicionador de ar, tipo <i>inverter</i> piso/teto, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 46.000 a 48.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do	Unidade	5	14.000,00

		direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou <i>scroll</i> , gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A ou B. Garantia mínima: 12 meses. Marca: Elgin 48000 BTUS Piso Teto Inverter 220v Frio.			
	51	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo <i>split</i> 46.000 a 48.000 Btu's. com isolamento térmico.	Metro	35	140,00
	52	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 46.000 a 48.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	5	1.100,00
	53	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 46.000 a 48.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado.	Serviço	5	1.540,00
	54	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 35 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 60.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaletas. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca: Elgin/Aspen Maxi Orange.	Unidade	5	750,00
	55	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	15	30,00
	56	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	35	30,00
10	64	Aparelho condicionador de ar, tipo <i>split</i> , cassete, <i>inverter</i> , composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 31.000 a 36.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; sistema de distribuição para 4 lados e ambiente adjacente; tensão de operação: 220V bifásico, 60 Hz; Compressor: tipo alternativo, rotativo ou superior, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A ou B. Garantia mínima: 12 meses. Marca: Elgin 36000 BTUS Cassete Inverter 220v Frio.	Unidade	3	14.500,00
	65	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo <i>SPLIT</i> 31.000 a 36.000 BTU/h. com isolamento térmico.	Metro	30	150,00
	66	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , cassete, <i>inverter</i> , função refrigeração, com capacidade de 31.000 a 36.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	3	1.200,00
	67	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , cassete, <i>inverter</i> , função refrigeração, com capacidade de 31.000 a 36.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas de Interior do Estado.	Serviço	3	1.700,00
	68	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	12	30,00
	69	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	30	30,00
11	70	Aparelho condicionador de ar, tipo <i>split</i> , cassete, <i>inverter</i> , composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 45.000	Unidade	3	17.000,00



		a 48.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; sistema de distribuição para 4 lados e ambiente adjacente; tensão de operação: 220V bifásico, 60 Hz; Compressor: alternativo, rotativo ou superior, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A ou B. Garantia mínima: 12 meses. Marca: Elgin 48000 BTUS Cassete Inverter 220v Frio.			
	71	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo <i>SPLIT</i> 45.000 a 48.000 BTU/h, com isolamento térmico.	Metro	30	170,00
	72	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , cassete, <i>inverter</i> , função refrigeração, com capacidade de 45.000 a 48.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	3	1.150,00
	73	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , cassete, <i>inverter</i> , função refrigeração, com capacidade de 45.000 a 48.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas de Interior do Estado.	Serviço	2	1.650,00
	74	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	12	30,00
	75	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	12	30,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 18 de fevereiro de 2022.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/PGJ/2021

Processo: PGJ/10/2207/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **A2GB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **André Luiz Pereira Alves**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (inverter e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação com a finalidade de atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
3	15	Aparelho condicionador de ar, tipo <i>split hi-wall inverter</i> , composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 18.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou <i>scroll</i> , gás	Unidade	40	3.700,00



		refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca: Elgin 45HVC18B2IB.			
	16	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo <i>SPLIT</i> 18.000 Btu's com isolamento térmico.	Metro	250	55,00
	17	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 18.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	35	400,00
	18	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 18.000 Btu's, 220 V nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado.	Serviço	20	700,00
	19	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 12 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 30.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca: Elgin/Mini Orange.	Unidade	25	550,00
	20	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	100	18,00
	21	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	200	18,00
4	22	Aparelho condicionador de ar, tipo <i>split hi-wall inverter</i> , composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 24.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou <i>scroll</i> , gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca: Elgin 45HVFC24B2IC.	Unidade	30	4.900,00
	23	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo <i>SPLIT</i> 24.000 Btu's. com isolamento térmico.	Metro	200	55,00
	24	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 24.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	30	400,00
	25	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 24.000 Btu's, 220 V nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado.	Serviço	15	700,00
	26	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 12 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 30.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca: Elgin/Mini Orange.	Unidade	20	500,00
	27	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	100	18,00
	28	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	250	18,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 18 de fevereiro de 2022.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/PGJ/2021**

Processo: PGJ/10/2207/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **WANDA MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA**, representada por **Quesia Dourado Silva**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (inverter e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação com a finalidade de atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
2	8	Aparelho condicionador de ar, tipo <i>split hi-wall inverter</i> , composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 12.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou <i>scroll</i> , gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca: Agravito.	Unidade	40	2.630,00
	9	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo <i>SPLIT</i> 12.000 Btu's. com isolamento térmico.	Metro	200	78,00
	10	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 12.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	30	600,00
	11	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 12.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado.	Serviço	25	650,00
	12	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 12 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 30.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaletas. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca: Vix.	Unidade	20	480,00
	13	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	100	65,00
	14	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	100	75,00
6	36	Aparelho condicionador de ar, tipo <i>split hi-wall</i> , composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 30.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V monofásico, 60 Hz; Compressor:	Unidade	5	5.990,00



		rotativo ou superior, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A, B ou C. Garantia mínima: 12 meses. Marca: Agratto.			
	37	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo <i>split</i> 30.000 Btu's. com isolamento térmico.	Metro	20	100,00
	38	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>hi-wall</i> , função refrigeração, com capacidade de 30.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	5	800,00
	39	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>hi-wall</i> , função refrigeração, com capacidade de 30.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado.	Serviço	5	850,00
	40	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 12 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 30.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaletas. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca: Vix.	Unidade	5	400,00
	41	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	25	65,00
	42	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	35	75,00
9	57	Aparelho condicionador de ar, tipo <i>split inverter</i> piso/teto, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade mínima: 54.000 a 58.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A ou B. Garantia mínima: 12 meses. Marca: Komeco.	Unidade	5	14.950,00
	58	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo <i>SPLIT</i> 54.000 a 58.000 BTU/h. com isolamento térmico.	Metro	35	200,00
	59	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 54.000 a 58.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	5	1.450,00
	60	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 54.000 a 58.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas de Interior do Estado.	Serviço	5	1.550,00
	61	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 35 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 60.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaletas. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca: Vix.	Unidade	5	490,00
	62	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	15	65,00
	63	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com	Metro	15	75,00



		todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.			
12	76	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 12 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 30.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Marca: Vix.	Unidade	30	647,00
13	77	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 35 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 60.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Marca: Vix.	Unidade	30	696,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 21 de fevereiro de 2022.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/PGJ/2020 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.437 DE 13 DE MAIO DE 2021 (PÁGINA 21), NO DOMP-MS Nº 2.501 DE 16 DE AGOSTO DE 2021 (PÁGINA 30) E NO DOMP-MS Nº 2.558 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021 (PÁGINA 33) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/2586/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **GAMA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS - EIRELI**, representada por **Leandro de Souza Bessani**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais permanentes (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
7	Bebedouro Elétrico tipo coluna, com as seguintes especificações técnicas: uso com garrafão de 20 litros, gabinete em aço eletrozincado ou aço inox, sem emendas, base e pingadeira em plástico, conexões hidráulicas internas em material atóxico, torneiras em plástico ABS, uma para água natural e outra para água gelada, termostato com regulagem de temperatura externa, serpentina localizada na parte externa do reservatório, capacidade de resfriamento mínima 2,8 L/h. Tensão: 127 volts ou bivolt. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Libel, IBBL, Masterfrio e Hiza. Marca/modelo/nº de referência: Libell/MASTER INOX	Unidade	30	568,80

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 5 de maio de 2021.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/PGJ/2020 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.437 DE 13 DE MAIO DE 2021 (PÁGINA 21), NO DOMP-MS Nº 2.501 DE 16 DE AGOSTO DE 2021 (PÁGINA 31) E NO DOMP-MS Nº 2.558 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021 (PÁGINAS 33 E 34) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/2586/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **R LASSI COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI**, representada por **Ronaldo Lassi da Silva**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais permanentes (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
8	Purificador de Água Natural e Gelada para Fixação na Parede, com as seguintes especificações técnicas: água gelada e natural; filtro de carvão ativado, potência mínima: 100 Watts, suporte para copo; filtro com durabilidade mínima de 6 meses; reservatório de refrigeração: 2 litros de água no mínimo; termostato com regulagem de temperatura de água; sistema de refrigeração por compressor; kit de instalação para fixação em parede; torneiras ou botões de acionamento frontais (água natural e gelada), cor branca ou prata; tensão: 127 volts ou bivolt. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Libel, IBBL e Masterfrio. Marca/modelo/nº de referência: LIBELL/ACQUAFLEX.	Unidade	15	550,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 11 de maio de 2021.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/PGJ/2020 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.437 DE 13 DE MAIO DE 2021 (PÁGINA 22), NO DOMP-MS Nº 2.501 DE 16 DE AGOSTO DE 2021 (PÁGINAS 31 E 32) E NO DOMP-MS Nº 2.558 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021 (PÁGINA 34) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/2586/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **ND2H SERVIÇOS DE TECNOLOGIA E COMÉRCIO LTDA**, representada por **Marizete Ferreira Raymundo**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais permanentes (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:



ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
9	Câmera panorâmica (180 graus) para vídeo conferência, com base, conforme as seguintes características técnicas: inclinação e zoom motorizados; viva voz integrado omnidirecional. Áudio: microfone de captação omnidirecional; captação de raio de 8 pés ou superior; frequência do microfone: 200Hz - 8KHz ou superior; Nível de saída: 80dB, 1 ft (0.30 metros) ou superior. Vídeo: Full HD 1080p ou superior; 30fps ou superior; Campo de Visão de 78 graus ou superior. Adaptador AC e USB 2.0. Controle remoto. A câmera deverá ser compatível com Windows 7 e 8 e com Mac OSX10.6 ou superior. Manual de instruções em português. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marca/modelo/nº de referência: LOGITECH/BCC950.	Unidade	70	1.192,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 5 de maio de 2021.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/PGJ/2020 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.437 DE 13 DE MAIO DE 2021 (PÁGINA 22) E NO DOMP-MS Nº 2.501 DE 16 DE AGOSTO DE 2021 (PÁGINA 32) E NO DOMP-MS Nº 2.558 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021 (PÁGINA 35) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/2586/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **CCK COMERCIAL EIRELI**, representada por **Fábio Hauschild Mondardo**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais permanentes (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
10	Ventilador Oscilante de Parede tipo comercial/industrial, motor ¼ HP, potência 180 a 220 Watts, rotação 1300 a 1500RPM, diâmetro de grade entre 60 e 70 cm, hélice com 3 (três) pás em aço ou plástico injetado, grade removível, ajuste de inclinação, velocidade variável em 4 (quatro) posições no mínimo ou controle eletrônico, carcaça motor em aço ou plástico, tensão: 127 ou bivolt. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de Referência: Venti Delta, Ventisol, Arge e Lorensid. Marca/modelo/nº de referência: VENTISOL/VOP 60.	Unidade	5	227,39
11	Ventilador Tipo Coluna, tipo comercial/industrial, potência 150 Watts, rotação 1300 a 1500RPM, diâmetro de grade entre 60 e 70 cm, hélice com 3 (três) pás em aço ou plástico injetado, grade removível, ajuste de inclinação, velocidade variável com no mínimo 3 (três) posições no mínimo, carcaça do motor em aço ou plástico, tensão: 127 Volts ou bivolt. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Venti Delta, Ventisol, Arge e Lorensid. Marca/modelo/nº de referência: VENTISOL/VOC 60.	Unidade	5	269,50

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 11 de maio de 2021.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/PGJ/2020 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.437 DE 13 DE MAIO DE 2021 (PÁGINA 23), NO DOMP-MS Nº 2.501 DE 16 DE AGOSTO DE 2021 (PÁGINA 33) E NO DOMP-MS Nº 2.558 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021 (PÁGINAS 35 E 36) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/2586/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **ART COMÉRCIO, CONSTRUÇÕES E INFORMÁTICA LTDA**, representada por **Angelo Rodrigues de Oliveira Rosa**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais permanentes (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
12	TV LED com conversor digital embutido; tamanho de tela de no mínimo 50 polegadas; tecnologia LED, formato de tela widescreen (16:9); conversor de TV Digital integrado; mínimo 1.000.000:1 de contraste; Closed caption; resolução mínima de 1920x1080 (Full HD: 1080p); suporte/base para mesa; Deve possuir no mínimo os sinais de vídeo de TV analógica e TV Digital; quantidades mínimas de entradas: 02 HDMI, 01 Áudio/Vídeo Composto, 01 USB e 01 para conexão da Antena/Cabo; alto falante; compatível com sistema de cor PAL, NTSC; ajuste no formato de tela; alimentação bivolt; Idioma dos menus em português; acompanhar controle remoto e tudo que for necessário para seu perfeito funcionamento. Garantia de no mínimo 12 (doze) meses. Marca/modelo/nº de referência: PHILCO/PTV50G70SBLSG.	Unidade	2	2.757,90

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 11 de maio de 2021.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/PGJ/2020 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.437 DE 13 DE MAIO DE 2021 (PÁGINA 23), NO DOMP-MS Nº 2.501 DE 16 DE AGOSTO DE 2021 (PÁGINAS 33 E 34) E NO DOMP-MS Nº 2.558 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021 (PÁGINA 36) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/2586/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **GRM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA**, representada por **Giuliano da Silva Gonçalves**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais permanentes (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:



ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
14	Tela de Projeção Retrátil. Dimensões: 1,5m x 1,5m. Tecido: Matte White. Fixação: Parede ou teto. Enrolamento: Automático por mola, com botão esticador do tecido (tensor interno), parada Multipoint. Estojo em aço carbono com acabamento em pintura epóxi preta. Garantia de no mínimo 12 (doze) meses. Marca/modelo/nº de referência: GRM/GTRM180S.	Unidade	3	350,00
15	Tela de Projeção Retrátil. Dimensões: 2,0m x 2,0m. Tecido: Matte White. Fixação: Parede ou teto. Enrolamento: Automático por mola, com botão esticador do tecido (tensor interno), parada Multipoint. Estojo em aço carbono com acabamento em pintura epóxi preta. Garantia de no mínimo 12 (doze) meses. Marca/modelo/nº de referência: GRM/GTRM200S.	Unidade	3	380,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 11 de maio de 2021.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/PGJ/2020 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.437 DE 13 DE MAIO DE 2021 (PÁGINA 24), NO DOMP-MS Nº 2.501 DE 16 DE AGOSTO DE 2021 (PÁGINA 34) E NO DOMP-MS Nº 2.558 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021 (PÁGINA 37) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/2586/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **FELIX ELETRÔNICA E INFORMÁTICA LTDA**, representada por **Priscila Meyer Felix Cardoso**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais permanentes (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
16	Suporte de Teto para Projetor. Fixação no teto, deverá permitir ajuste de inclinação, de pelo menos, 45 graus; deverá ser completamente compatível com os projetores existentes no mercado. Deverá acompanhar kit de instalação com buchas, parafusos, arruelas e demais materiais necessários para a instalação do produto e do projetor. Garantia mínima de 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca/modelo/nº de referência: Futury/Suporte teto universal.	Unidade	5	109,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 11 de maio de 2021.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/PGJ/2020 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.437 DE 13 DE MAIO DE 2021 (PÁGINA 24), NO DOMP-MS Nº 2.501 DE 16 DE AGOSTO DE 2021 (PÁGINA 35) E NO DOMP-MS Nº 2.558 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021 (PÁGINA 37) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/2586/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **MAYAS COMERCIAL DE PRODUTOS E SERVIÇOS EIRELI**, representada por **Marina Gonçalves da Silva**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais permanentes (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
18	Umificador ultrassônico de ar, de no mínimo 3 litros, potência de no mínimo de 22w, 110v, portátil. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Marcas de referência: G-Life, G-tech, Mondial, Cadence e Britânia. Marca/modelo/nº de referência: Britânia BUD04b.	Unidade	200	173,89

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 12 de maio de 2021.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/PGJ/2020 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.437 DE 13 DE MAIO DE 2021 (PÁGINA 25), NO DOMP-MS Nº 2.501 DE 16 DE AGOSTO DE 2021 (PÁGINA 35) E NO DOMP-MS Nº 2.558 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021 (PÁGINA 38) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/2586/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **COMERCIAL T & C LTDA**, representada por **Frederico Jorge Cortez Calux**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais permanentes (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
19	Quadro branco não magnético, tela em laminado melamínico branco, moldura em alumínio, suporte na parte frontal inferior para apagador, ganchos na parte superior para fixação na parede, medindo 0,90m x 1,20m (A x L). Garantia mínima de 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca/modelo/nº de referência: CORTIARTE.	Unidade	20	177,00
21	Suporte articulado metálico para TVs 40" a 50" LCD, Plasma e LED, para instalação em parede, com giro de 360º, passagem interna de cabeamento com trava; cor alumínio ou preta, altura regulável de 1.350 a 2.220mm da fixação até o centro da TV. Deverá acompanhar kit de instalação com buchas, parafusos, arruelas e demais materiais	Unidade	4	137,00



	necessários para a instalação do produto e do equipamento. Garantia mínima de 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca/modelo/nº de referência: ARTFLEX.			
--	---	--	--	--

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 11 de maio de 2021.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/PGJ/2020 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.437 DE 13 DE MAIO DE 2021 (PÁGINA 25), NO DOMP-MS Nº 2.501 DE 16 DE AGOSTO DE 2021 (PÁGINA 36) E NO DOMP-MS Nº 2.558 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021 (PÁGINAS 38 E 39) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/2586/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **NACIONAL COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI**, representada por **Alessandra de Angelo Mendonça**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais permanentes (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
22	Carrinho Utilitário aramado, tipo bandeja, três bandejas, acabamento cromado, nas medidas aproximadas de 762 mm comprimento, 457 mm largura e 840 mm de altura (admitindo-se variação de 5%), já com os rodízios montados, sendo 02 rodízios giratórios com freio e 02 sem freio rodas de 4" emborrachados. Garantia de no mínimo 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca/modelo/nº de referência: Member's Mark.	Unidade	10	675,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 11 de maio de 2021.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/PGJ/2021 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.558 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021 (PÁGINAS 25 E 26) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/1633/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **RL DE OLIVEIRA E CIA LTDA**, representada por **Rafael Leites de Oliveira**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 21/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços a eventual aquisição de materiais de pintura predial, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:



LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	1	Revestimento texturizado à base de emulsão acrílica estirenada, minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis, aditivos minerais e pigmentos isentos de metais pesados. Permalit Nobre 222 (malha 12) Granelli Fino. Referência de cor: Ibratin, - granelli leeds mínimo. Balde 30 Kg. Marca de referência: Ibratin, Coral e Suvinil. Marca: Ibratin.	Unidade	900	172,99
	2	Revestimento texturizado à base de emulsão acrílica estirenada, minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis, aditivos minerais e pigmentos isentos de metais pesados. Permalit Nobre 222 (malha 12). Referência de cor: Ibratin granelli Fino- leeds claro. Balde 30 Kg. Marca de referência: Ibratin, Coral e Suvinil. Marca: Ibratin.	Unidade	300	172,99
	3	Revestimento texturizado à base de emulsão acrílica estirenada, minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis, aditivos minerais e pigmentos isentos de metais pesados. Permalit Nobre 222 (malha 12). Referência de cor: Ibratin - granelli fino leeds cheio. Balde de 30 Kg. Marca de referência: Ibratin e Coral, Suvinil. Marca: Ibratin.	Unidade	100	172,99
	4	Selador acrílico - selador pigmentado para revestimentos texturados em exteriores e interiores, à base de emulsão acrílica estirenada, minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis, aditivos minerais e pigmentos isentos de metais pesados. Referência de cor: Ibratin leeds mínimo. Balde de 18 litros. Marca de referência: Ibratin, Coral e Suvinil. Marca: Ibratin.	Unidade	100	123,88
	5	Selador acrílico - selador pigmentado para revestimentos texturados em exteriores e interiores, à base de emulsão acrílica estirenada, minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis, aditivos minerais e pigmentos isentos de metais pesados. Referência de cor: Ibratin - leeds claro. Balde de 18 litros. Marca de referência: Ibratin, Coral e Suvinil. Marca: Ibratin.	Unidade	35	123,88
	6	Selador acrílico - selador pigmentado para revestimentos texturados em exteriores e interiores, a base de emulsão acrílica estirenada, minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis, aditivos minerais e pigmentos isentos de metais pesados. Referência de cor: Ibratin - leeds cheio. Balde de 18 litros. Marca de referência: Ibratin, Coral e Suvinil. Marca: Ibratin.	Unidade	15	123,88
2	7	Fundo preparador - selador incolor, à base de resina acrílica em solução, solvente alifático e microbicida, com princípio ativo isotiasolona. Balde de 18 litros. Marca de referência: Ibratin, Coral e Suvinil. Marca: Não registrado.	Unidade	150	Não registrado
14	19	Tinta para pintura de pisos cimentados, cor cinza concreto, aplicação exterior e interior, à base de emulsão acrílica estirenada, abrasivos PU, minerais inertes, pigmentos, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis e tensoativos etoxilados e carboxilados. Rendimento mínimo de 70 m² por balde 18 litros com 2 demãos. Lata de 18 Litros. Marca de referência: Ibratin, Coral, Suvinil. Marca: Não registrado.	Unidade	100	Não registrado
18	23	Tinta acrílica de alto desempenho, para ambientes internos e externos, resistente a limpeza (lavável), acabamento fosco ou fosco suave cor branco gelo, sem cheiro e antimanchas. Lata de 18 litros. Marca de referência: Ibratin, Sherwin-Williams, Coral e Suvinil. Marca: Não registrado.	Unidade	500	Não registrado

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 10 de novembro de 2021.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/PGJ/2021 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.558 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021 (PÁGINAS 26 E 27) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/1633/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **MAILTON DOS SANTOS ORUE**, representada por **Mailton dos Santos Orue**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 21/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços a eventual aquisição de materiais de pintura predial, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
2	7	Fundo preparador - selador incolor, à base de resina acrílica em solução, solvente alifático e microbicida, com princípio ativo isotiasolona. Balde de 18 litros. Marca de referência: Ibratin, Coral e Suvinil. Marca: Não registrado.	Unidade	150	Não registrado
3	8	Massa acrílica niveladora. Massa niveladora à base de emulsão acrílica estirenada, minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis e aditivos minerais. uso externo e interno, conforme NBR 15.348/06. Lata com contendo entre 25 a 30 KG. Marca de referência: Ibratin, Coral e Suvinil. Marca: Ibratin.	Unidade	600	120,00
14	19	Tinta para pintura de pisos cimentados, cor cinza concreto, aplicação exterior e interior, à base de emulsão acrílica estirenada, abrasivos PU, minerais inertes, pigmentos, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis e tensoativos etoxilados e carboxilados. Rendimento mínimo de 70 m² por balde 18 litros com 2 demãos. Lata de 18 Litros. Marca de referência: Ibratin, Coral, Suvinil. Marca: Não registrado.	Unidade	100	Não registrado
18	23	Tinta acrílica de alto desempenho, para ambientes internos e externos, resistente a limpeza (lavável), acabamento fosco ou fosco suave cor branco gelo, sem cheiro e antimanchas. Lata de 18 litros. Marca de referência: Ibratin, Sherwin-Willians, Coral e Suvinil. Marca: Não registrado.	Unidade	500	Não registrado

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 9 de novembro de 2021.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/PGJ/2021 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.558 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021 (PÁGINAS 27 E 28) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/1633/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **RR NOGUEIRA SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS LTDA**, representada por **Renato Aparecido da Silva**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 21/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços a eventual aquisição de materiais de pintura predial, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:



LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
2	7	Fundo preparador - selador incolor, à base de resina acrílica em solução, solvente alifático e microbicida, com princípio ativo isotiasolona. Balde de 18 litros. Marca de referência: Ibratin, Coral e Suvinil. Marca: Não registrado.	Unidade	150	Não registrado
4	9	Rolo de lã especial antirrespingo, acabamento em sintético / microfibra, para tinta látex e acrílica tamanho 15 cm, altura da lã de 9 mm a 13 mm. Marca de referência: Tigre, Roloflex, Atlas e Castor. Marca: Atlas.	Unidade	500	11,50
5	10	Rolo de lã especial antirrespingo, acabamento em sintético / microfibra, para tinta látex e acrílica tamanho 23 cm, altura da lã de 9 mm a 13 mm. Marca de referência: Tigre, Roloflex, Atlas e Castor. Marca: Tigre.	Unidade	500	13,33
7	12	Desempenadeira de aço lisa, em chapa de aço de 0,6 mm, com tratamento galvanizado, cabo aberto de madeira em formato anatômico e base com mínimo de 2 rebites por solda eletrônica, tamanho entre 25 cm x 12 cm a 30 cm x 12 cm. Marca de referência: Castor, Tigre, Atlas. Marca: Atlas.	Unidade	50	19,99
11	16	Zarcão: fundo para sintético de secagem ao ar, à base de resinas alquídicas modificadas, pigmentos orgânicos e inorgânicos, hidrocarbonetos alifáticos e aromáticos, secantes organo-metálicos e cargas minerais. cor laranja. Galão de 3,6 Litros. Marca de referência: Ibratin, Eucatex, Coral, Suvinil. Marca: Eucatex.	Unidade	500	78,81
12	17	Escova manual, cabo de madeira, cerdas metálicas de comprimento 25,5 mm, separadas em 4 fileiras de arame de aço especial temperado. Marca: Compel.	Unidade	30	5,60
14	19	Tinta para pintura de pisos cimentados, cor cinza concreto, aplicação exterior e interior, à base de emulsão acrílica estirenada, abrasivos PU, minerais inertes, pigmentos, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis e tensoativos etoxilados e carboxilados. Rendimento mínimo de 70 m² por balde 18 litros com 2 demãos. Lata de 18 Litros. Marca de referência: Ibratin, Coral, Suvinil. Marca: Não registrado.	Unidade	100	Não registrado
18	23	Tinta acrílica de alto desempenho, para ambientes internos e externos, resistente a limpeza (lavável), acabamento fosco ou fosco suave cor branco gelo, sem cheiro e antimanchas. Lata de 18 litros. Marca de referência: Ibratin, Sherwin-Williams, Coral e Suvinil. Marca: Não registrado.	Unidade	500	Não registrado

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 10 de novembro de 2021.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/PGJ/2021 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.558 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021 (PÁGINA 28) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/1633/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **AATIVA COMÉRCIO DE TINTAS EIRELI**, representada por **Jefferson de Souza Barbosa**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 21/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços a eventual aquisição de materiais de pintura predial, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:



LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
2	7	Fundo preparador - selador incolor, à base de resina acrílica em solução, solvente alifático e microbicida, com princípio ativo isotiasolona. Balde de 18 litros. Marca de referência: Ibratin, Coral e Suvinil. Marca: Não registrado.	Unidade	150	Não registrado
6	11	Suporte para rolo de pintura de 23 cm, cabo plástico, base em aço galvanizado, diâmetro do arame da alma do suporte 5,5mm. Marca: Atlas.	Unidade	50	6,45
13	18	Lixa tipo folha, medidas 225 mm x 275 mm, uso metal, 150 grãos de óxido de alumínio, costado em tecido. Marca: 3M.	Unidade	150	1,70
14	19	Tinta para pintura de pisos cimentados, cor cinza concreto, aplicação exterior e interior, à base de emulsão acrílica estirenada, abrasivos PU, minerais inertes, pigmentos, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis e tensoativos etoxilados e carboxilados. Rendimento mínimo de 70 m² por balde 18 litros com 2 demãos. Lata de 18 Litros. Marca de referência: Ibratin, Coral, Suvinil. Marca: Não registrado.	Unidade	100	Não registrado
18	23	Tinta acrílica de alto desempenho, para ambientes internos e externos, resistente a limpeza (lavável), acabamento fosco ou fosco suave cor branco gelo, sem cheiro e antimanchas. Lata de 18 litros. Marca de referência: Ibratin, Sherwin-Williams, Coral e Suvinil. Marca: Não registrado.	Unidade	500	Não registrado

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 16 de novembro de 2021.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/PGJ/2021 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.558 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021 (PÁGINAS 29 E 30) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/1633/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **PLANED COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI**, representada por **Marcos Proença Júnior**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 21/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços a eventual aquisição de materiais de pintura predial, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
2	7	Fundo preparador - selador incolor, à base de resina acrílica em solução, solvente alifático e microbicida, com princípio ativo isotiasolona. Balde de 18 litros. Marca de referência: Ibratin, Coral e Suvinil. Marca: Não registrado.	Unidade	150	Não registrado
8	13	Esmalte base d'água, acabamento: acetinado, cor: preto, tinta esmalte à base de emulsão acrílica modificada, minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis e tensoativos étoxilados e carboxilados, pigmentos isentos de metais pesados. conforme item 4.2.3 da NBR 11.702/92.	Unidade	300	121,80



		Galão de 3,6 Litros. Marca de referência: Ibratin, Coral, Suvinil. Marca: Ibratin.			
9	14	Esmalte base d'água, acabamento: acetinado, cor: branco neve, tinta esmalte à base de emulsão acrílica modificada, minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis e tensoativos étoxilados e carboxilados, pigmentos isentos de metais pesados. conforme item 4.2.3 da NBR 11.702/92. Galão de 3,6 Litros. Marca de referência: Ibratin, Coral, Suvinil. Marca: Ibratin.	Galão	200	121,80
10	15	Composto microbicida anti-mofo de secagem e ação rápida para sanitização e proteção de superfícies. Aplicação: prevenção da proliferação de bactérias e eliminação de fungos, algas e mofo. Composição cloridratos, fungicidas, biocidas, aditivos e água. Galão de 3,6 Litros. Marca de referência: Ibratin, Coral, Sherwin-Williams. Marca: Ibratin.	Galão	50	57,71
14	19	Tinta para pintura de pisos cimentados, cor cinza concreto, aplicação exterior e interior, à base de emulsão acrílica estirenada, abrasivos PU, minerais inertes, pigmentos, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis e tensoativos etoxilados e carboxilados. Rendimento mínimo de 70 m² por balde 18 litros com 2 demãos. Lata de 18 Litros. Marca de referência: Ibratin, Coral, Suvinil. Marca: Não registrado.	Unidade	100	Não registrado
15	20	Tinta para demarcação de piso, cor azul, tinta acrílica estirenada à base de solvente, para sinalização horizontal de rodovias e vias urbanas, conforme ABNT NBR 12.935, NBR 15.438 e NBR 16.184, retrorrefletiva. Galão de 3,6 Litros. Marca de referência: Ibratin, Coral, Suvinil. Marca: Ibratin.	Unidade	50	71,00
16	21	Tinta para demarcação de piso, cor branca, tinta acrílica estirenada à base de solvente, para sinalização horizontal de rodovias e vias urbanas, conforme ABNT 12.935, NBR 15.438 e NBR 16.184, retrorrefletiva. Galão de 3,6 Litros. Marca de referência: Ibratin, Coral, Suvinil. Marca: Ibratin.	Unidade	50	71,05
17	22	Tinta para demarcação de piso, cor amarela, tinta acrílica estirenada à base de solvente, para sinalização horizontal de rodovias e vias urbanas, conforme ABNT NBR 12.935, NBR 15.438 e NBR 16.184, retrorrefletiva. Galão de 3,6 Litros. Marca de referência: Ibratin, Coral, Suvinil. Marca: Ibratin.	Unidade	50	71,05
18	23	Tinta acrílica de alto desempenho, para ambientes internos e externos, resistente a limpeza (lavável), acabamento fosco ou fosco suave cor branco gelo, sem cheiro e antimanchas. Lata de 18 litros. Marca de referência: Ibratin, Sherwin-Williams, Coral e Suvinil. Marca: Não registrado.	Unidade	500	Não registrado
19	24	Tinta acrílica à base de água, para uso interno, sem cheiro, acabamento fosco cor branco neve. Lata de 18 litros. Marca de referência: Ibratin, Coral Suvinil. Marca: Ibratin.	Unidade	200	166,75
20	25	Tinta acrílica standard, para uso externo e interno, à base de emulsão estirenada com acabamento fosco na cor branco neve, minerais inertes, glicóis, aditivos minerais e pigmentos isentos de metais pesados. Lata de 18 litros. Marca de referência: Ibratin, Coral e Suvinil. Marca: Ibratin.	Lata	100	263,90

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 11 de novembro de 2021.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/PGJ/2020 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.437 DE 13 DE MAIO DE 2021 (PÁGINAS 18 A 19), NO DOMP-MS Nº 2.501 DE 16 DE AGOSTO DE 2021 (PÁGINA 28) E NO DOMP-MS Nº 2.558 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021 (PÁGINA 30) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/2586/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **J.L. DO B. GUIMARÃES – JBX PRODUTOS EIRELI**, representada por **Luciana Maria Pereira**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais permanentes (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Refrigerador frost free, com duas portas, capacidade de armazenagem líquida total de, no mínimo, 240 litros (refrigerador + congelador), gavetão para verduras e legumes e prateleiras internas removíveis, tensão: 127 volts ou bivolt, cor branca. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Electrolux, Brastemp e Cònsul. Marca/modelo/nº de referência: ELECTROLUX/DFN41.	Unidade	15	2.238,00
5	Forno Micro-ondas capacidade mínima 27 litros, potência mínima 900W, tensão: 127 volts ou bivolt. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Panasonic, LG, Samsung, Philco, Electrolux, Sharp, Consul e Midea. Marca/modelo/nº de referência: CONSUL/CMS45AB.	Unidade	20	726,40

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 12 de maio de 2021.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/PGJ/2020 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.437 DE 13 DE MAIO DE 2021 (PÁGINA 20), NO DOMP-MS Nº 2.501 DE 16 DE AGOSTO DE 2021 (PÁGINAS 29 E 30) E NO DOMP-MS Nº 2.558 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021 (PÁGINAS 31 E 32) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/2586/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **COMERCIAL MINAS BRASÍLIA EIRELI**, representada por **Melchior Valentim Neto**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais permanentes (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:



ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
3	Fogão Doméstico 4 queimadores: 1 grande + 3 médios; mesa em aço inox; acendimento automático, vidro duplo na porta do forno, proteção térmica traseira, isolamento no corpo do forno, parada de segurança na porta do tampão de vidro, alça do forno confeccionada em material termoplástico ou metálica, tensão: 127 volts ou bivolt, cor branca. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Electrolux, Brastemp e Cônsul. Marca/modelo/nº de referência: Electrolux 52LBU.	Unidade	12	879,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 4 de maio de 2021.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/PGJ/2020 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.437 DE 13 DE MAIO DE 2021 (PÁGINA 20), NO DOMP-MS Nº 2.502 DE 17 DE AGOSTO DE 2021 (PÁGINA 11) E NO DOMP-MS Nº 2.558 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021 (PÁGINA 32) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/2586/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **MARCELO VITOR PETRAZZINI 00638672902**, representada por **Marcelo Vitor Petrazzini**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais permanentes (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
6	Suporte Metálico para forno micro-ondas, para fixação em parede, ajustável, cor branca. Deverá acompanhar kit de instalação com buchas, parafusos, arruelas e demais materiais necessários para a instalação do produto e do equipamento. Garantia mínima de 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca/modelo/nº de referência: Brasforma-SBR3.6.	Unidade	20	94,80

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 4 de maio de 2021.



EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

DOURADOS

EDITAL Nº 002/2022/07PJ/DOS

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A 7ª Promotoria de Justiça de Dourados faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 002/2022, referente a documentos da 7ª Promotoria de Justiça de Dourados, nos termos do disposto no art. 12 da Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018.

Os interessados que tiverem alguma oposição deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, dirigida à 7ª Promotoria de Justiça de Dourados até o 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste.

Dourados, 17 de fevereiro de 2022.

EDUARDO FONTICIELHA DE ROSE

Promotor de Justiça

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 002/2022

PROVENIÊNCIA – (órgão produtor)	PROCEDÊNCIA – (órgão responsável pelo arquivamento)		
Órgão / Setor: 7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DOURADOS	Órgão / Setor 7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DOURADOS		
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
Classe/Subclasse – 200.001 - Ata de reunião	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1999	Exercício 1999
Classe/Subclasse – 200.011 – Ofícios requisitando diligências	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1997	Exercício 2000
Classe/Subclasse – 200.050 – Notícias de fato	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1998	Exercício 1999
Classe/Subclasse – 200.076 – Portaria de instauração de processo investigatório	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1999	Exercício 1999
Classe/Subclasse – 000.003 – Correspondências recebidas	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1997	Exercício 1999
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Silmara Diniz Paulino da Rocha – Técnica I Data do preenchimento: 17 de fevereiro de 2022.			



COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

IGUATEMI

EDITAL Nº 0006/2022/PJ/IGU

A Promotoria de Justiça da Comarca de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, Centro.

Procedimento Administrativo n. 09.2022.00001605-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Aristeu Vargas de Aquino e Arlete Zaze de Aquino

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado no Inquérito Civil n. 06.2019.00001366-9.

Iguatemi, 21 de fevereiro de 2022

ANDRÉ LUIZ DE GODOY MARQUES

Promotor de Justiça Substituto

EDITAL Nº 0007/2022/PJ/IGU

A Promotoria de Justiça da Comarca de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, Centro.

Inquérito Civil 06.2021.00000778-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Iguatemi e J. Fonseca Bolson - ME

Assunto: Apurar eventaul irregularidade em contrato firmado entre o Município de Iguatemi e a empresa J. Fonseca Bolson – ME.

Iguatemi, 21 de fevereiro de 2022

ANDRÉ LUIZ DE GODOY MARQUES

Promotor de Justiça Substituto

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

BATAYPORÃ

EDITAL Nº 0003/2022/PJ/BIP

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2022.00000090-5, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar no endereço Rua Jair Abranches Mella, nº 1.203, Centro, Batayporã-MS.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000090-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Marilza Nunes de Araújo Nascimento

Assunto: Apurar o suposto acúmulo ilegal de cargos públicos por Marilza Nunes de Araújo Nascimento no âmbito do Poder Público Municipal de Taquarussu.

Batayporã, 21/02/2022.

MURILO HAMATI GONÇALVES

Promotor de Justiça Substituto



DEODÁPOLIS

EDITAL Nº 0005/2022/PJ/DPS.**Inquérito Civil Nº 06.2021.00001155-3.**

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2021.00001155-3, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço

eletrônico:<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Controladoria Geral do Município de Deodápolis/MS.

Interessado: Victor Hugo Omitto Franco e Elcio Alves Ribeiro.

Objeto: Apurar irregularidades identificadas pela Controladoria Geral da Prefeitura Municipal de Deodápolis no Processo de Controle Interno Especial nº 003/2020, referente ao descumprimento da legislação disciplinadora das rotinas e etapas da REURB.

Deodápolis/MS, 17 de fevereiro de 2022.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0006/2022/PJ/DPS.**Inquérito Civil Nº 06.2021.00001403-9.**

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2021.00001403-9, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço

eletrônico:<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Anônimo.

Interessado: Município de Deodápolis.

Objeto: Apurar notícia de eventuais irregularidade em contratações de servidores e prestadores de serviços junto ao Hospital Municipal Cristo Rei.

Deodápolis/MS, 18 de fevereiro de 2022

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,
Promotor de Justiça

**EDITAL N° 0007/2022/PJ/DPS.****Inquérito Civil N° 06.2021.00001436-1.**

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2021.00001436-1, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço

eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Agência Municipal de Meio Ambiente de Deodápolis/MS.

Interessado: Pedro Moura, Nelson Rodrigues Camoci.

Objeto: Apurar as causas dos danos ambientais identificados na Área de Preservação Permanente do Córrego Sobrevivente no trecho localizado no imóvel rural do Km 07, da 17ª Linha, lado Poente, em Deodápolis/MS.

Deodápolis/MS, 18 de fevereiro de 2022.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,
Promotor de Justiça

ITAQUIRAÍ

EDITAL N° 0001/2022/PJ/ITQ

A Promotoria de Justiça da Comarca de Itaquiraí/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2021.00001414-0, que se encontra à disposição na Avenida Mato Grosso, nº 350, bairro Centro- Edifício do Fórum, em Itaquiraí/MS.

Inquérito Civil nº 06.2021.00001414-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Itaquiraí/MS

Assunto: Apurar irregularidades na nomeação de membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, atinentes aos casos de representantes dos diretores, pais de alunos e estudantes, neste município de Itaquiraí/MS .

Itaquiraí, 18 de fevereiro de 2022

PAULO DA GRAÇA RIQUELME DE MACEDO JÚNIOR
Promotor de Justiça Substituto

PORTO MURTINHO

EDITAL N. 0004/2022/PJ/PTM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua 13 de Maio, n. 444, Centro, em Porto Murtinho.

Inquérito Civil n. 06.2021.00001542-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Pecman Agropecuária Ltda

Assunto: Apurar desmatamento de 3,26 hectares em área de Remanescente de Vegetação Nativa, na Fazenda Albino Mânica, em Porto Murtinho, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 235/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental 2021)

Porto Murtinho, 20 de fevereiro de 2022.

JANAÍNA SCOPEL BONATTO
Promotora de Justiça Substituta

**EDITAL N. 0005/2022/PJ/PTM**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, n. 444, Centro, Porto Murtinho.

Inquérito Civil n. 06.2021.00001367-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Lourdes Coelho Barbosa

Assunto: Apurar a supressão de 147 toras da essência aroeira, consistentes em 45.43 m³ de árvores derrubadas, na Fazenda Canadá, em Porto Murtinho/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização n. 7/2ºPEL/4ªCIA/BPMA/2021.

Porto Murtinho, 20 de fevereiro de 2022.

JANAÍNA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça Substituta